



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 21 de outubro de 2020

N.º 16/2020

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Rui Miguel da Costa Lamim Vieira esteve presente, em substituição do Sr. Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 4.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 07 de outubro de 2020.**
 - 2. Deliberação n.º 336/20 – Proposta n.º 14/2020 – GAP – Moção - Taxa de Gestão de Resíduos (TGR).**
 - 3. Deliberação n.º 324/20 – Proposta n.º 71/2020 – DAF/DICONT – 6.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
 - 4. Deliberação n.º 325/20 – Proposta n.º 32/2020 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas administrativas e urbanísticas inerentes a pedido de legalização de obras de alteração e ampliação em estabelecimento de apoio social a idosos.**
 - 5. Deliberação n.º 326/20 – Proposta n.º 33/2020 – DURB/DIMOT – Regulamento dos Parques de Estacionamento Teotónio Banha, Finanças e Terminal Ferry.**
 - 6. Deliberação n.º 327/20 – Proposta n.º 34/2020 – DURB/DIMOT – Atribuição de parque de estacionamento privativo com isenção de pagamento de taxa anual.**
 - 7. Deliberação n.º 328/20 – Proposta n.º 35/2020 – DURB/GAGEF - Alteração às especificações do alvará de loteamento n.º 1/18 – Constituição de lote municipal n.º 99 destinado a mercado municipal e aclaração de lote n.º 98 destinado a equipamento religioso.**
 - 8. Deliberação n.º 329/20 – Proposta n.º 36/2020 – DURB/GAGEF - Expropriação de parcela de terreno para reservatório no Casal do Viso com área de 1580m2**

e constituição de servidão para passagem de conduta adutora com área de 780.00m2.

9. *Deliberação n.º 330/20 – Proposta n.º 35/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal - Bairro da Bela Vista – Rua do Monte, 12 – C 31.*
 10. *Deliberação n.º 331/20 – Proposta n.º 36/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH - Venda de habitação pública municipal - Bairro da Bela Vista – Avenida da Bela Vista, 12 – B 41.*
 11. *Deliberação n.º 332/20 – Proposta n.º 17/2020 – DAAE/DIHU – Tarifário de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Setúbal para 2021.*
 12. *Deliberação n.º 333/20 – Proposta n.º 24/2020 – DES/DIGEPE – Atribuição de apoio financeiro para o desenvolvimento das Atividades de Animação e de Apoio à Família.*
 13. *Deliberação n.º 334/20 – Proposta n.º 25/2020 – DES/GABS – Protocolo entre o Município de Setúbal e a Associação Dignidade para a materialização do Programa “Vacinação SNS Local”.*
 14. *Deliberação n.º 335/20 – Proposta n.º 16/2020 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES – Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 3.º trimestre de 2020.*
- C) *Período destinado à intervenção do público.*

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento dos mapas relativos aos despachos proferidos pela Sra. Presidente no âmbito do Departamento de Urbanismo (licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal no âmbito do seu gabinete, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro no âmbito do Departamento de Ambiente e Atividades Económicas, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que, em primeiro lugar, queria deixar uma saudação aos novos corpos sociais do Vitória Futebol Clube, eleitos no domingo, fazendo votos de um mandato positivo, apesar do quadro difícil que o clube atravessava, a nível geral. Era um desafio difícil, mas estariam, como também tinham estado no passado, sempre ao lado dessa grande instituição que era o Vitória Futebol Clube, um símbolo maior do concelho e da região.

Outra questão que estava na ordem do dia, que não podiam deixar de abordar naquela reunião, era que tinha sido recentemente tornado público que Bacalhoa Vinhos de Portugal, vulgarmente associada ao empresário Joe Berardo, estava a transformar as antigas instalações da transportadora Belos, em Vila Fresca de Azeitão, em plena zona de reserva do Parque Natural da Arrábida e em zona de proteção ao Palácio da Bacalhoa, que era monumento nacional, sem a aprovação dos projetos e pareceres das entidades competentes. A Câmara Municipal de Setúbal não tinha tecido qualquer comentário sobre esse assunto e gostariam de saber, naquele momento, se a Sra. Presidente estava em condições de partilhar com eles alguma informação adicional sobre esse processo.

Não os movia nada contra a intenção de intervenção naquele edifício por parte daquele proprietário, mesmo que fosse outro proprietário qualquer. Não eram fiscais de nenhuma obra, mas gostariam de saber se estavam a ser cumpridos todos os requisitos exigíveis e os condicionamentos da região e da zona em questão, como eram exigidos, aliás, a qualquer outro proprietário que pretendesse fazer obras no Parque Natural da Arrábida. Portanto, eram essas duas questões e informações que solicitavam.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira - Disse que na semana anterior tinha sido entregue na Assembleia da República a proposta de Orçamento do Estado para 2020 e, nesse processo e no estudo dessa proposta, naquilo que dizia respeito ao concelho, tinha ido recordar uma ata da reunião do dia 19 de fevereiro de 2020, em que, no ponto 2 do período da ordem do dia, tinham discutido e tinham aprovado a deliberação n.º 62/20, proposta n.º 2/2020, apresentada pelo Gabinete de Apoio à Presidência: *“Moção – Ampliação do Hospital de São Bernardo e Investimentos em Equipamentos de Cuidados de Saúde em Setúbal”*.

Na discussão desse ponto, a determinado momento, o Sr. Vereador Fernando Paulino tinha referido que o Partido Socialista concordava com muitas das preocupações que tinham sido levantadas: *“Enquanto representantes dos setubalenses e dos azeitonenses certamente que os preocupava a situação do hospital de Setúbal, mas aquilo que estavam a discutir era uma moção. Não era uma moção que iria resolver os problemas da saúde em Setúbal e entendiam que poderiam acompanhar aquela moção, como já tinha sido referido pelo Vereador Joel Marques, caso solicitassem o esclarecimento de um compromisso, que já tinha sido assumido e não uma exigência. (...) enquanto representantes da população de Setúbal teriam simplesmente que solicitar ao Ministério da Saúde esclarecimentos sobre as dúvidas que poderiam eventualmente existir. Nessa altura aquela moção faria todo o sentido, assim como faria todo o sentido se fossem mudados os seus considerandos finais, onde constava “exigir aos responsáveis”*.

Depois, tinha-se seguido o Vereador Joel Marques: *“Disse que não pretendia duplicar a intervenção [anterior] (...), quando já tinham compromissos assumidos, mas tinham dúvidas. O Partido Socialista não se movia por atos de fé, mas quando tinha dúvidas questionava e era isso que estava ali em causa. Os senhores vereadores da CDU, aquando da defesa da moção tinha indicado que aquilo que pretendiam ia no sentido de questionar, mas não era isso que constava no conteúdo da moção, sendo que as deliberações eram a exigência daquilo que já estava assumido. Uma redundância não era exatamente a forma de resolver um problema. A questão do Hospital de Setúbal era uma preocupação transversal a todas as Bancadas, a todos os que tinham sido eleitos, mas era uma preocupação transversal à população daquele concelho e dos concelhos limítrofes, a quem o Hospital de Setúbal dava apoio. Acompanhavam a preocupação que era vertida nos considerandos, mas não nas deliberações. Se a intenção do executivo era questionar o Governo, deviam-no fazer e a Bancada do Partido Socialista estava inteiramente disponível para os acompanhar. Exigir um compromisso já assumido era redundante e não fazia o mínimo sentido. Não era isso que ia ao encontro da defesa dos interesses da população.”*

Mais à frente, na reunião, o Sr. Vereador Fernando José tinha referido: *“O Governo do Partido Socialista, não através de uma promessa (...), através de um compromisso assumido, por uma decisão tomada em Conselho de Ministros, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2019, tinha decidido encontrar uma solução para um problema que se*

arrastava havia muitos anos” e, depois, mais à frente: “Como tinha dito o Sr. Vereador Ricardo Oliveira, uma situação tão grave como a questão da ampliação das urgências do Hospital de São Bernardo era a questão do médico de família e dos centros de saúde” e “o Governo do Partido Socialista, através do Ministério da Saúde, tinha anunciado, recentemente, que as obras de ampliação do Hospital de São Bernardo iam ser concretizadas e, inclusivamente, iriam iniciar-se em 2020. Portanto, não percebiam, a não ser por uma situação de tacticismo político, de tentar ter a dianteira e, mais uma vez, a bandeira da defesa dos setubalenses (“porque só nós é que defendemos os setubalenses, só nós é que defendemos os azeitonenses”), virem, naquele momento, com aquela moção.

Portanto, quanto àquela matéria, a Bancada do Partido Socialista não percebia qual era o problema. A solução tinha sido encontrada pelo Governo do Partido Socialista, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2019.”

A moção tinha sido votada com 8 votos a favor, 7 da CDU e 1 do PSD, e 3 abstenções, do PS.

Na declaração de voto, o Sr. Vereador Fernando José, em nome da vereação do Partido Socialista, tinha dito: “Os vereadores do Partido Socialista abstiveram-se nesta moção, pois, embora compreendam a necessidade de pressionar o Governo, entendem não existir matéria nem necessidade para não mais do que questionar, uma vez que o Governo do Partido Socialista tomou uma decisão para um problema que se arrasta há muito tempo. Através da Resolução 77/2019 tomou a decisão - e em bom tempo - de ampliar o Hospital de São Bernardo de Setúbal e já.”

A Câmara Municipal de Setúbal tinha recebido do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português uma pergunta à Sra. Ministra da Saúde, que, a determinado momento, fazia as seguintes considerações: “Apesar de o Governo ter assumido o compromisso à ampliação do Hospital de São Bernardo, com a construção de um novo edifício que permita a reorganização do espaço e novas instalações para vários serviços, em particular novas instalações para o Serviço de Urgências, tendo em conta que as atuais estão em situação de rutura, está por concretizar; no Orçamento de Estado 2020 não está incluída a verba que possibilite o lançamento do concurso público para a execução da empreitada de ampliação do hospital; a Resolução do Conselho de Ministros 77/2019, que aprova o Programa de Investimentos na Área da Saúde e autoriza a respetiva despesa prevê a construção de um novo edifício para o Hospital de São Bernardo, montante de 17.163.000 euros; no Relatório do Orçamento do Estado para 2020 há a referência a 1,1 milhões de euros para o Centro Hospitalar de Setúbal, no âmbito do Programa de Investimentos na Área da Saúde; no entanto, no Mapa de Desenvolvimentos Orçamentais, nos Fundos e Serviços Autónomos do Ministério da Saúde, apenas prevê 1.624.000 euros para investimento em construção de edifícios no Centro Hospitalar de Setúbal; perante esta situação, o Governo tem que tomar as medidas necessárias” e perguntava, em concreto: “Como pretende o Governo mobilizar as verbas necessárias para dar concretização à ampliação das instalações do Hospital de São Bernardo, nomeadamente ao lançamento de concurso público, de forma a criar as condições para assegurar as valências do Centro Hospitalar de Setúbal?” Em boa hora a Chefe de Gabinete da Sra. Ministra da Saúde, a Dra. Eva Falcão, tinha respondido nos seguintes termos: “De acordo com informação prestada pelo Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E., o processo de ampliação das instalações do Hospital de São Bernardo encontra-se em fase de autorização prévia de investimento. Encontram-se a ser elaborados os estudos necessários para a integração do Hospital Ortopédico de Santiago do Outão no Programa REVIVE, pelas seguintes entidades: Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Turismo de Portugal e Direção-Geral do Património Cultural. O Centro Hospitalar de Setúbal aguarda a autorização final, a determinação e a garantia da forma de financiamento para proceder à abertura do respetivo procedimento concursal.”

Aquela resposta tinha saído do Ministério da Saúde no dia 22 de setembro de 2020. Com grande espanto, quando foi analisar a proposta do Orçamento de Estado para 2021, na página 40 do Relatório à Proposta de Lei, surgia um quadro, Quadro 2.1 - Investimentos Estruturantes na Administração Central e referia que o Centro Hospitalar de Setúbal teria tido,

L

em 2020, um investimento de 11 milhões de euros e, em 2021, 6 milhões de euros, batendo certo, mais ou menos, arredondando os números, com os 17 milhões de euros.

Na página 44 do mesmo Relatório, dizia o seguinte: *“Entre os inúmeros projetos de melhoria das infraestruturas em execução no Serviço Nacional de Saúde destacam-se as intervenções no IPO de Coimbra, 29 milhões de euros, dos quais 18 em 2021 ou, ainda, no Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia, de Espinho e no Centro Hospitalar de Setúbal, com um investimento total de 13 e 17 milhões de euros, respetivamente.”* Tinha ido ver nos Mapas de Desenvolvimento das Despesas da Administração Central e tinham, relativamente ao Programa Saúde: Ministério da Saúde - Atividades de Serviços e Fundos Autónomos - Entidades Públicas Reclassificadas - Centro Hospitalar de Setúbal: Aquisições em atividades (ou seja, investimentos correntes, não eram investimentos estruturantes) - Aquisições de Bens de Capital - Investimentos – Edifícios: Conservação/reparação - 500 mil euros; Construção - 2.661.562 euros, com receitas próprias do hospital. Relativamente aos projetos, algo mais estruturante: Aquisições de bens de capital no Centro Hospitalar de Setúbal - Investimentos – Edifícios – Conservação/reparação (nem sequer era construção, era conservação/reparação e conheciam a obra que estava prevista) - 173 mil euros e 91 cêntimos de receita própria e do Fundo de Coesão 2.328.215 euros, num total de 2.501.306 euros previstos de investimento para conservação ou reparação de edifícios no Hospital de São Bernardo.

Perante essa situação, tinha questionado o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal, sobre se continuavam com mais um Orçamento de Estado sem verba para a ampliação do hospital e o Sr. Presidente, Dr. Manuel Roque, simpaticamente, tinha referido que estavam a tomar diligências para que a ampliação do hospital pudesse ser, também, abrangida pelo Plano de Recuperação e Resiliência, o que fazia sentido, tendo em conta que tinha que estar concluído em 2026, tendo em conta que o projeto de ampliação do hospital estava pronto, tendo em conta que o que faltava era lançar o concurso e avançar com a obra, tendo em conta que o Plano de Recuperação e Resiliência era financiado a 100 por cento por fundos comunitários.

Tinha ido ver, naquilo que tinha sido entregue no Plano Preliminar datado de 15 de outubro de 2020. Então, nos Roteiros para a Resiliência, vinha, no que se referia aos investimentos em que se concretizavam os nove componentes da dimensão da resiliência, os mesmos eram compostos por 39 tipologias de investimentos, dos quais 28 de localizavam no continente e 11 nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, num investimento total de 8.198 milhões de euros.

Entretanto, vinha uma listagem dos investimentos que estavam previstos e, no Roteiro para a Resiliência, estava um subcapítulo que era Vulnerabilidades Sociais, que tinha um subsubcapítulo que era o Serviço Nacional de Saúde, que tinha previsto para os Cuidados de Saúde Primários com mais respostas 463 milhões de euros, para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos, 205 milhões de euros, para a Conclusão da Reforma de Saúde Mental, incluindo na rede hospitalar, 85 milhões de euros. (Para já, não tinha qualquer observação. Não sabia se seria suficiente, mas eram investimentos que, de facto, urgiam avançar). Tinha, curiosamente, uma verba que era Equipamento Hospitalares - Seixal, Sintra e Lisboa, 196 milhões de euros. Também acreditava e teriam a sua concordância de investimentos urgentes.

Agora, Hospital de Setúbal, Centro Hospitalar de Setúbal, Hospital de São Bernardo, não havia qualquer referência. Portanto, recordava uma nota de imprensa do dia 6 de fevereiro de 2020 dos deputados do Partido Socialista eleitos pelo Círculo Eleitoral de Setúbal, que afirmavam e reafirmavam que o hospital ia avançar, estava previsto avançar, mas, de facto, ficava uma pergunta e deixava aquela questão. Das duas uma, ou a senhora Chefe de Gabinete da Ministra da Saúde estava a mentir, a dizer que estava tudo parado, estavam à espera de autorização e estavam à espera de autorização, inclusivamente, de conforto financeiro para avançarem com o concurso público ou o Ministério das Finanças, ao elaborar o Relatório do Orçamento de Estado, estava a mentir, ao dizer que estava em execução ou os senhores vereadores do Partido Socialista, e os deputados do Partido Socialista eleitos pelo

5

Círculo Eleitoral de Setúbal, na nota de imprensa, tinham estado a mentir à população de Setúbal. (Os senhores vereadores, naquilo que tinha sido a afirmação que tinham feito na reunião da Câmara). Portanto, ficava a questão.

Iam ter uma reunião, que tinham já agendada para o próximo dia 9 de novembro, com a Sra. Ministra da Saúde. Naturalmente, iriam questionar sobre essa matéria e sobre outras, mas não podia deixar de partilhar com a Sra. Presidente e com os senhores vereadores, com o público em geral e com a comunicação social, também presente, essa matéria, porque, de facto, pensava que a situação começava a tornar-se demasiado grave. Havia projeto, qualquer dia o projeto acabava por não ter viabilidade por estar caduco, por já ser tão antigo. Faziam-se promessas e dizia-se que havia verba, afirmava-se que palavra dada era para cumprir e era cumprida e estavam perante aquela situação.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que, relativamente àquela questão, àquela matéria, queriam esclarecer que o Partido Socialista local não era porta-voz do Governo nem de qualquer outro governo. O Partido Socialista local mantinha total confiança nas políticas do Governo, aliás, como o PCP também mantinha, com a aprovação sucessiva do Orçamento de Estado na Assembleia da República.

Portanto, mantinham todas as suas preocupações e tudo fariam para que a ampliação da Urgência do Hospital de Setúbal fosse uma realidade. Lamentavam que não tivesse ainda sido efetuada, mas mantinham a confiança naquilo que era uma das promessas que tinham sido assumidas pelo Governo e pelo Ministério da Saúde.

Relativamente aquilo que tinha sido a postura deles na reunião da Câmara a que o senhor vereador tinha aludido, mantinham-na inalterável. Mantinham a confiança no Governo e achavam que a ampliação devia ser executada. Tentariam saber o porquê de não estar verba inscrita no Orçamento de Estado suficiente para essa ampliação. Era aquilo que podiam. Não respondiam pelo Governo, obviamente, mas mantinham confiança, aliás, como os senhores vereadores da CDU, também, certamente, iriam manter. Esperavam bem que sim, para bem das políticas nacionais, quer na saúde quer nas outras áreas.

Sr. Vereador Rui Lamim – Disse que tinha dois assuntos e um já ali tinha sido referido, tinha a ver com a obra na antiga estação rodoviária de Vila Fresca de Azeitão. Tinha surgido nas notícias - e já tinham surgido havia bastante tempo nas redes sociais, também -, alguns comentários sobre essa obra. Algumas entidades tinham responsabilidade naquele desenvolvimento, mas o que lhes interessava era a ligação entre a Câmara Municipal de Setúbal e o promotor ou o dono dessa mesma obra, pelo que pedia informação à Sra. Presidente acerca do que é que teriam sido as interações entre o município e o promotor ou o dono da obra.

A segunda questão tinha a ver com a Taxa de Gestão de Resíduos. Tinha um pequeno texto que, quando fosse oportuno, agradeciam a sua análise.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que eram só duas ou três coisas rápidas. Uma tinha a ver com a tempestade tropical Barbara, que estava na sua fase final. A tempestade tropical devia ter passado por cima de Setúbal, mas tinha passado um pouco mais abaixo. Tinha passado na zona de Alcácer e mais abaixo, em Santiago, e tinha acabado por não ter o impacto que era esperado na cidade.

De qualquer forma, no distrito todo tinha havido 225 ocorrências, que tinham envolvido 880 pessoas, operacionais a tratar dessas ocorrências e 270 veículos, Setúbal tinha tido 63 ocorrências. Tinha tido duas mediáticas, uma árvore e um andaime e a comunicação social tinha dado importância a isso, mas o que se podia dizer era que, em relação ao que era expectável pela passagem dessa tempestade tropical, tinha ficado muito aquém dos riscos que tinham sido inicialmente previstos, felizmente. Ainda bem que tinha sido assim.

Um outro dado tinha a ver com a Proteção Civil e Bombeiros, independentemente de uma avaliação mais vasta que haveria de vir. Em relação aos fogos florestais, a época de fogos, por assim dizer, o DECIR, o Dispositivo de Incêndios Rurais, que tinha sido desativado a

partir do dia 15 e, no nosso distrito, comparando 2019 com 2020, tínhamos tido 347 ocorrências, que eram menos 52 por cento do que no passado, e hectares ardidos 131, que era menos 85 por cento do que aquilo que tinha ardido no ano transato. Portanto, era um dado muito interessante e muito positivo do trabalho de todos os agentes ao nível do distrito, sobretudo no trabalho de prevenção e, também, no trabalho de ataque de uma forma muito poderosa às várias ocorrências, impedindo que elas se desenvolvessem e crescessem.

Depois, em relação ao COVID, uma nota interessante. Tinha que ver com o facto a nível do distrito, no conjunto da comunidade escolar, estarem apenas 15 turmas em confinamento, sendo que não correspondia tudo a infetados, só em confinamento, o que, na dimensão da nossa comunidade escolar, era bastante relevante. Naquele mesmo dia tinha sido aprovado um documento que iria permitir iniciar a reabertura progressiva dos centros de dia do conjunto do distrito. Tinha sido aprovado aquele documento, na Comissão Distrital, havia pouco.

No geral, estavam a crescer as infeções e mantinha-se em cima da mesa uma preocupação, que a Saúde Pública lhes tinha pedido para transmitir, que tinha que ver com o facto de a proliferação e o crescimento exponencial dos testes, segundo a Saúde Pública, estar a contribuir para que as pessoas se desarmassem, ou seja, quem fazia teste e tinha negativo, depois, entrava no descanso. O apelo era para que se mantivesse em todas instituições, em todas as comunidades e no comportamento individual aquelas medidas simples e básicas que resolviam, sobretudo, o contágio: lavar as mãos, distanciamento, máscara. Portanto, esse era um apelo que era feito. Era mesmo feito um apelo a todos os municípios, para que fizessem campanhas de promoção chamando a atenção para que não se desarme nessas questões básicas, por muito que os testes fossem dando negativo, e que as pessoas tivessem os cuidados devidos permanentemente.

Portanto, essas era só algumas notas muito breves de uma discussão muito vasta e muito complexa sobre essa matéria, que iam tendo diariamente e semanalmente na Comissão Distrital, com o conjunto das entidades envolvidas.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que não tinha percebido bem e perguntou ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal se tinha dito que tinha sido decidida a abertura dos centros de dia.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que andavam a discutir a questão da abertura dos centros de dia, que era uma coisa muito complexa, porque, enquanto nas estruturas residenciais as pessoas estavam lá dentro e saíam pouco e eram citadas, ou não, e o controlo da visita era feito, no caso dos centros de dia as pessoas iam a casa e regressavam todos os dias e contactavam todos os dias com pessoas que vinham de muitos sítios. Por um lado, havia necessidade de fazer essa abertura, porque as pessoas estavam confinadas em casa havia muito tempo. Estava a ser prejudicial para os idosos, que estavam confinados em casa e para as famílias respetivas. Por outro lado, era necessário tomar medidas particulares, para prevenir eventuais contactos. Portanto, tinha sido aprovado um documento nesse sentido e ia tentar operacionalizar-se, em articulação com a Saúde Pública, com a Segurança Social e com a Proteção Civil uma abertura progressiva, com exigências de planos de contingência e regras muito rigorosas e com uma regra que era, caso não houvesse o cumprimento das regras, ao contrário do que acontecia com as estruturas residenciais, o centro de dia fechava. Quando era uma estrutura residencial, se se fechava, para onde é que iam as pessoas que estavam instaladas na residência? No centro de dia, se as regras não fossem cumpridas e se houvesse problemas de contágio, fechava mesmo. A ideia era garantir atividades e garantir soluções de estadia no centro de dia que garantissem que as pessoas estavam saudavelmente a ocupar o seu tempo. A ideia era fazer isso progressivamente, fazer um teste num, depois noutro, depois noutro, aquele que tivesse melhores condições em termos de debate com as pessoas, de debate com a direção da instituição, garantias de assegurar as regras, etc e, se desse para o torto, andava-se para trás.

A razão por que se tinha decidido avançar com essa medida era, porque, de facto, era uma necessidade objetiva das pessoas que estavam em casa, confinadas havia muito tempo e

4

que precisavam de conviver e sair cedo de casa. Mas era nesse quadro, um quadro muito cauteloso, em que estavam a trabalhar nessa abertura.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, muito rapidamente, não podia deixar passar a intervenção do Vereador Ricardo Oliveira e queria deixar evidente o embaraço que essa intervenção minuciosa tinha deixado na bancada do Partido Socialista.

O Vereador Ricardo Oliveira, de uma forma minuciosa e sistematizada, tinha trazido ali aquilo que era o embaraço e a manipulação de informação que o Partido Socialista local, que, por vezes, tinha dificuldade de separar o que era local do nacional. Aliás, era uma confusão até em termos do porta-voz da própria bancada. Muitas vezes era difícil, mas também era bom que o Partido Socialista reconhecesse que esse embaraço era consequência da própria bancada, porque não era menos verdade que as afirmações que muitas vezes eram proferidas com a dualidade de condição, que, muitas vezes, alguns dos senhores vereadores tinham, colocavam a bancada do Partido Socialista perante esse embaraço.

De manhã eram uma coisa e à tarde passavam a ser outra. Portanto, quando faziam afirmações a querer assacar a condição de resolver os problemas da população de Setúbal e, efetivamente, não tinham condição para assumir essa responsabilidade, eram, depois, levados à tentação de cair nessas armadilhas. E, se não era menos verdade que essa forma tão clara e evidente do embaraço e da não verdade que o Partido Socialista tinha transmitido pelas afirmações, nos vários e diferentes postos colocados, nomeadamente na sua página de Facebook do Partido Socialista local, reiterados artigos de opinião em órgãos de comunicação social local, eram evidentes daquilo que era evidenciado pelo Vereador Ricardo Oliveira.

Uma vez mais, o Partido Socialista local não tinha sido capaz de influenciar o Partido Socialista nacional, para influenciar o Governo, para resolver os problemas dos setubalenses, que, de facto, tinham sido resolvidos com a intervenção da Câmara Municipal e pela persistência, em muitos e diferentes problemas, nomeadamente, a questão que estava relacionada, também, com matéria da Saúde, como os centros de saúde. Portanto, isso era mais do que evidente para o Vereador Ricardo Oliveira - que, também, a área que acompanhava era a área da Educação - e, se dúvidas tivessem sobre essa postura e sobre essa manipulação de informação, que era evidente, bastava ver a forma que, depois da última reunião da Câmara, o próprio Partido Socialista tinha sentido necessidade de vir a terreiro, a querer assacar a condição, também, da resolução dos problemas do amianto nas escolas.

Não podia deixar de evidenciar que essa forma de fazer política que o Partido Socialista tinha conduzido nessa informação era grave. Não ajudava à credibilidade da política, não ajudava à resolução dos problemas e a verdade era que, uma vez mais, estavam na iminência de não ter o problema do Hospital de São Bernardo resolvido. Tinham profundas dúvidas e reservas que estivessem inscritas em Orçamento de Estado para 2021 essas verbas que estavam, supostamente, como tinha sido afirmado por alguns dos senhores vereadores, inscritas já. O Sr. Vereador Ricardo Oliveira não tinha referido isso, mas por diferentes vezes, até ao longo das diferentes reuniões que tinham tido, tinha perguntado e questionado os senhores vereadores, se já tinham informação, onde é que estavam essas ditas verbas e nunca tinha sido respondido.

Portanto, tinham criado uma situação de grande embaraço ao Partido Socialista e esperavam que, da próxima vez, conseguissem informação mais precisa e mais minuciosa, para, definitivamente, esclarecerem aquela mesma situação. De facto, não valia a pena manipular e querer assacar a solução dos problemas, quando, na verdade, eles não eram resolvidos e, na verdade, não passavam, essas sim, de afirmações e informações que eram prestadas nas diferentes redes sociais, quer por vereadores do Partido Socialista, quer em páginas do próprio Partido Socialista, que apenas influenciavam uma não verdade e a não resolução dos problemas.

Sr. Vice-Presidente – Disse que, de facto, não se podiam desculpar com a culpabilização das vítimas. Se o PCP ou o Bloco de Esquerda tinham deixado passar um orçamento, depois passavam a ser co-responsáveis e culpados das promessas não concretizadas. Isso não era

assim na vida e não era assim na política. Não podia ser, tinham que assumir as responsabilidades que tinham. De facto, eram coisas que não passavam pela cabeça de uma pessoa normal, que, num ano de crise séria no plano da saúde, com a pandemia, no plano social, em resultado da paragem económica, que aquela prometida - sucessivamente prometida - ação de reforço das infraestruturas fundamentais, nomeadamente na saúde, não se concretizasse com uma obra que estava prevista.

Era nesse quadro que se fazia a observação e era nesse quadro que os militantes do partido que estava no Governo tinham que aceitar o compromisso de, também, pressionar o seu próprio Governo, não era na disputa de culpas e desculpas. Não fazia sentido nenhum que todos os que estavam na oposição e não eram Governo e não tinham culpa do Governo, ainda que ele estivesse lá sem o voto contra deles nos orçamentos, porque o voto contra ou a favor era nas eleições, não era no orçamento, era outra coisa diferente.

Tinham que assumir as suas responsabilidades e era nessa altura que faziam sentido as intervenções que ali estavam a fazer de *“centros de saúde, onde é que estão?”* Então, era naquele momento, com as verbas dadas, oferecidas, dos 15 mil milhões do Plano de Recuperação e Resiliência que não se iam completar infraestruturas de saúde fundamentais, que estavam em défice havia muitos anos? Naquele momento, o défice era posto em relevo com a situação de pandemia. Não era admissível, mas não era admissível para os que não estavam no poder e para os que não eram militantes do partido do Governo, como também não devia ser admissível para os militantes do partido que estava no Governo. Portanto, era nesse sentido que tinha que ser encarado aquele debate: *“Caramba, temos de fazer força para o Governo, para deixar passar”*.

Os interesses dos grandes investimentos eram muitos. Estava a ser discutido e não estava fechado o Plano de Recuperação e Resiliência. Havia duas coisas, nomeadamente, que era bom referir naquele momento, que eram importantes. A negociação entre o Governo português e Bruxelas não estava fechada. Uma delas era que – e isso era novidade, em relação aos quadros comunitários anteriores - não haveria diferenciação entre a Área Metropolitana de Lisboa, a Área Metropolitana do Porto, o Algarve ou a Madeira. Não haveria diferenciação na aplicação dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência. Isso era uma vantagem, podia-se aplicar a 100 por cento. Era muito importante. Havia um outro setor que parecia que também já estava admitido que ficava livre de restrições e podia ser aplicado, nesse investimento, 100 por cento, que era o da habitação, novidade absoluta, também, nas políticas dos últimos 30 anos. Podia-se ir buscar verbas dessa área para fazer investimentos públicos na Habitação. A outra que mais se disputava era a dos Transportes, os investimentos nos transportes e na ferrovia. Não tanto na rodovia, mas, sobretudo, na ferrovia. O transporte aéreo estava, mais ou menos, bloqueado pela teimosia do aeroporto - se era Montijo ou se não era Montijo, os negócios eram outros -, mas resumia-se um bocado os transportes à questão da ferrovia, quanto a novos investimentos. Isso tinha muitos interesses em jogo e deviam pressionar para a ferrovia necessária, não era para a ferrovia dos negócios. Não queria saber se já havia um ou dois TGV, queria era que a circulação ferroviária ligasse com a Espanha, ligasse com a Europa e que fosse útil para os passageiros e para as mercadorias, mas não eram conhecidos os termos desse negócio, dessa discussão. O resultado que aparecesse seria um pouco de surpresa.

Esses dois pontos, a aplicação na Área Metropolitana de Lisboa e, nas áreas que não estavam no Objetivo 1 no investimento comunitário, serem aplicadas as verbas do Plano de Recuperação e Resiliência era muito importante.

O outro setor que era novo, que havia mais de 30 anos que não tinha investimento, que era o da Educação, era muito importante ganhar-se, mas, também nas infraestruturas da Saúde não fazia sentido nenhum que ficasse à conta do Orçamento do Estado, do que lá pusessem ou do que lá não pusessem, aquilo que eram os investimentos em infraestruturas necessárias para a Saúde. Portanto, a pressão deles era essa, devia estar refletido, mas, no mínimo, que houvesse uma pressão nesse sentido. Com a aprovação do Plano de Recuperação e Resiliência tinha que haver uma retificação ao Orçamento de Estado, decorrente, imediatamente, desse acordo. Mas, nesse acordo, tinha que estar a construção das

infraestruturas que estavam previstas e que estavam a ficar sem verba, quer os centros de saúde, quer os hospitais, etc.

Como o Vereador Ricardo tinha dito, havia coisas que estavam previstas no Orçamento, só que não estavam a cumprir com o que estava prometido. Portanto, isso não tinha desculpa.

A discussão que gostariam de fazer seria reunir uma unanimidade – até o PSD de certeza que se juntava a isso – da Câmara, no sentido de pressionar, porque eram parte interessada, tinham um hospital para ampliar e tinham 3 centros de saúde para construir. Nenhum deles se podia estar ali a entreter em jogos de desculpas para não pressionar para a realização dessas infraestruturas. Isso era importante. Portanto, era no sentido da convergência da posição perante o Governo que aquelas intervenções deviam ser entendidas e não no debate do culpa/desculpa.

Deixava, noutra área - que era, também, prioritária -, a dos transportes rodoviários, que tinham, a partir daquele dia, uma coisa que já era do conhecimento público, mas podia ser dita oficialmente, porque naquela manhã tinha havido uma reunião do Conselho Metropolitano, em que se tinha formalizado a aprovação dos resultados dos concursos internacionais para os transportes. Portanto, confirmava-se aquilo que já tinha sido divulgado, podia ser dito que tinham sido aprovados e passavam à fase de aprovação do Tribunal de Contas. Esperavam que, com um pouco de ligeireza e celeridade nos processos, até ao final do ano pudesse haver aprovação pelo Tribunal de Contas e, depois, 10 a 12 meses mais, pudessem começar a operar os novos operadores nas zonas.

Os resultados tinham sido relativamente lisonjeiros para o lote em que estamos integrados, que incluía Setúbal, Palmela, Moita, Montijo e Alcochete. Quando entrasse em operação, seriam só autocarros novos. No Nordeste, que era o de Loures, Vila Franca, etc, tinha vencedora a Rodoviária de Lisboa, que já lá estava, e no Noroeste, que era de Oeiras, Amadora, Sintra, etc, tinha sido o preço de 1,95 euros com idade média da frota no 1.º ano de 6,52 meses e, no Nordeste, 7,68 meses. Portanto, o único caso de autocarros completamente novos desde o início da operação tinha sido, de facto, o lote do Sudeste, que era o de Setúbal, com aquele agrupamento da Nex Continental.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que agradecia ao senhor vereador as referências que tinha feito e queria deixar claro que, na intervenção que tinha feito, não tinha havido desculpabilização nenhuma. Queria deixar claro que o Partido Socialista estava interessado, sempre, numa posição de responsabilidade e, até, de convergência de ações, para a resolução dos problemas das populações. Essa era e seria a postura deles, independentemente do governo que estivesse. Portanto, que ficasse claro que a postura deles era essa.

Naquele momento, respondia pela bancada da vereação do Partido Socialista. Cada um tinha as intervenções que entendia ter. O partido deles era um partido de liberdade de expressão e cada indivíduo que fazia parte dos órgãos do partido tomava a liberdade de dizer e de afirmar aquilo que quisesse, sendo responsabilizado depois, mas internamente. Ali, as pessoas expressavam-se da forma que quisessem, havia essa liberdade que davam a todos os elementos e todos os militantes do Partido Socialista. Eram um partido da democracia e era assim que funcionavam. Não sabiam se todos eram assim, eles eram.

Que ficasse claro que as posições que tomavam eram posições do Partido Socialista, em sede de órgãos municipais ou outros. Eram pela resolução dos problemas das populações e fariam tudo para que esses problemas e aquilo que tinham sido os compromissos assumidos fossem cumpridos, dentro daquilo que era a sua capacidade de intervenção, que obviamente, era limitada. Falavam daquilo que conheciam e com a intervenção que poderiam, eventualmente, ter, que não era uma intervenção, como deviam calcular, porque não eram membros do Governo, mas tentavam ser esclarecidos, tentavam influenciar aquilo que eram decisões que podiam melhorar a vida dos setubalenses e dos azeitonenses.

Portanto, a postura deles era essa e não tinha havido alteração àquilo que tinha sido a postura deles nessa reunião da Câmara. Continuavam interessados em que a ampliação da Urgência do Hospital de Setúbal fosse uma realidade.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que ia ser muito rápido. Achava que a declaração do senhor vereador era muito interessante, tinham toda a liberdade de defender as suas posições, coincidir com o partido, discordar do partido. Ninguém tinha posto isso em causa. O que se tinha posto em causa tinha sido a contradição entre o que tinha dito e a realidade. A liberdade era muito bonita se associada à responsabilidade.

O que ali tinha sido dito tinha sido a irresponsabilidade que tinha sido afirmado, invocando eventuais fontes privilegiadas de informação, tentando diminuir a intervenção do Sr. Vereador Ricardo Oliveira, em tempo. Portanto, tinha sido isso que tinha sido dito. De resto, era evidente. Essas declarações já todos sabiam. Era a questão de chamar à responsabilidade das declarações feitas, porque a liberdade trazia a responsabilidade. Era só isso.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, para que não ficassem dúvidas sobre a questão que tinha sido levantada, no dia 11 de fevereiro de 2020 o Partido Socialista tinha publicado na sua página de Facebook a seguinte afirmação: *“Para o Governo do Partido Socialista palavra dada é palavra honrada. A ampliação do nosso Hospital de São Bernardo está contemplada no Relatório do Orçamento de Estado 2020 e será uma realidade.”* Tinha sido demonstrado que não era verdade e não tinham sido capazes de responder.

Sra. Presidente – Leu a seguinte resposta à questão da construção do edifício da Bacalhoa Vinhos, em Vila Fresca de Azeitão, conforme documento arquivado em pasta anexa sob o registo n.º 10:

“As alterações feitas nos edifícios situados junto à Estrada Nacional 10, em Azeitão, que albergaram, desde o princípio da década de sessenta do século passado, uma gare e serviços administrativos e oficinais de empresas de transportes rodoviários, suscitaram, nos últimos dias um conjunto de notícias e de reações partidárias que importa clarificar e rebater.

O promotor da obra, em comunicação feita no princípio de 2019, informou a Câmara Municipal de Setúbal de que iria fazer limpezas nos vários edifícios e terrenos adjacentes que constituem este antigo complexo industrial (assim classificado pelo promotor) e mudar as coberturas destas estruturas. Mais tarde, a Bacalhoa Vinhos de Portugal apresentou nos serviços camarários um pedido de licenciamento que, por se tratar de edificações situadas em áreas de jurisdição do Parque Natural da Arrábida, carecia de parecer do ICNF.

Por estar situado na Zona Especial de Proteção do Palácio da Quinta da Bacalhoa, embora fora da zona onde não são permitidas construções, as obras em causa necessitavam, ainda, de parecer da Direção Geral do Património Cultural.

Sem que haja a emissão de pareceres positivos da parte destas entidades, assim como das Infraestruturas de Portugal e de outros organismos, não poderia a autarquia licenciar as obras.

Ao longo dos últimos meses a Câmara Municipal de Setúbal alertou, por várias vezes, o promotor da obra para a obrigatoriedade de ter o processo de licenciamento concluído de forma a poder avançar com as alterações.

Importa ainda salientar que os terrenos em que aquele complexo foi contruído em 1960 foram, estranhamente, classificados pelo PDM aprovado em 1994, numa gestão camarária liderada pelo PS, como espaços naturais e culturais, classificação que impede ali qualquer construção e, no limite, obrigaria a manter eternamente e até à ruína total aqueles edifícios sem que fosse permitida qualquer alteração, ruína que, aliás, começava já a ser evidente.

Dez anos mais tarde, em 2004, o POPNA insiste nesta visão, atribuindo àqueles terrenos um Regime de Proteção Complementar II, com fortes restrições à edificação e voltando a não enquadrar a atividade que ali era desenvolvida desde a década de sessenta.

A revisão do PDM de Setúbal, já concluída, corrige esta situação alterando o uso daqueles terrenos para funções compatíveis com outros usos urbanos, nomeadamente os que foram apresentados pelo promotor em sede de discussão pública deste plano, período que encerrou no dia 5 de agosto passado.

Não alterar os usos daqueles terrenos em sede de revisão do PDM seria o equivalente a permitir que se perpetuasse o estado de degradação e desqualificação urbanística e paisagística daquele local, além de favorecer o desinteresse de potenciais interessados em investir na requalificação daqueles edifícios.

Neste contexto, é fundamental que realcemos que chegámos a este ponto apenas porque, em 1994, o Plano Diretor Municipal de Setúbal não atendeu à realidade existente e aos usos urbanos já consolidados daqueles terrenos, criando, objetivamente, uma situação legal que favorece o abandono e a degradação do complexo ali edificado.

A Câmara Municipal de Setúbal não pode aceitar os processos adotados pelo promotor e que nos conduziram à atual situação.

Tudo faremos para criar as condições que permitam resolver da melhor forma este problema, mas sempre tendo em vista a qualificação urbana daquela zona, assim como o desenvolvimento e qualificação do nosso território.

No presente contexto, torna-se igualmente imperioso dar resposta às acusações que nos foram dirigidas pela Comissão Política Concelhia do PS de Setúbal em comunicado divulgado na semana passada.

Importa relembrar que, passados quase vinte anos — e porque há erros de tal forma gravosos que perduram no tempo — continuamos, em 2020, a pagar os custos de uma política urbanística desregrada e casuística praticada durante os mandatos do PS nesta autarquia. Dir-se-á que já passaram duas décadas e que continuar a responsabilizar a gestão do Partido Socialista é excessivo. Mas também é verdade que há erros que apenas se tornam visíveis a longo prazo e, em matéria de urbanismo, isso é particularmente evidente.

Muitas foram as situações que, em 2002, foram herdadas das desastrosas gestões camarárias do PS e que foi preciso resolver, sempre que possível sem pôr em causa expectativas criadas e direitos adquiridos.

Destas situações vale a pena, para já, referir apenas, e porque é um caso ocorrido em Azeitão, exemplos como a atribuição de classificação a áreas urbanas de génese ilegal, as famosas AUGI's, a prédios constituídos em avos indivisos sem construções já existente.

Exemplo flagrante desta prática foi o ocorrido na Quinta das Várzeas.

No processo de reconversão de algumas destas AUGI's é atingido o valor máximo de vinte fogos por hectare sem cumprir com a necessária cedência de áreas para espaços verdes de utilização coletiva, maximizando, desta forma, lucros dos promotores e optando-se pelo pagamento em espécie à Câmara Municipal. Ou seja, trocou-se o bem-estar dos habitantes destas urbanizações por maior aconchego dos cofres municipais para eventual utilização noutras finalidades. Foi, igualmente, prática a aceitação de perfis de arruamentos mínimos sem garantir lugares de estacionamento exteriores, uma vez mais permitindo a maximização da construção e, consequentemente, dos lucros dos promotores.

Podemos, igualmente, recordar que, após a aprovação do PDM, em 1994, se assistiu a grande número de operações de loteamento que colocaram no mercado milhares de lotes de moradias unifamiliares em Azeitão, Vale Ana Gomes, Serralheira ou na Quinta da Amizade sem se ter acautelado, ou sequer programado, o reforço das infraestruturas de suporte, reforço de abastecimento de água, rede de drenagem de águas pluviais, bem como o equipamento necessário em áreas como a educação, a saúde e a segurança.

Passaram vinte anos, é certo, mas quando o PS põe em causa a transparência da gestão desta câmara municipal, como o fez há dias no referido comunicado, não é possível deixar de lembrar — algo que nestes últimos quase vinte anos nunca foi feito em detalhe — os desmandos urbanísticos que os eleitos do Partido Socialista aqui praticaram.

Quem, ainda hoje, deve explicações aos setubalenses são os responsáveis pelos 16 anos de gestão do PS nesta autarquia, anos que deixaram marcas indeléveis na cidade graças a construção desregrada e muito provavelmente refém de interesses e conivências impossíveis de identificar, mas reais.

Quero, por isso, e de forma muito clara, afirmar que, em matéria de transparência não temos quaisquer lições a receber do PS, que seguramente esqueceu a opacidade da administração autárquica liderada pelos seus eleitos entre 1985 e 2001."

Sra. Presidente – Disse que isso era por demais evidente. Estavam a falar de algumas coisas de Azeitão, do Vale Ana Gomes, da Serralheira, mas teriam que falar na Rua Flávio Resende, que tinham acabado de abrir havia dias. Tinham documentos para, depois, mostrar à população ou para seguir o mesmo caminho, das redes sociais, se quisessem seguir por aí. Esperava que explicassem a questão do hospital, que a CDU tinha dito nas redes sociais que era mentira aquilo que estava a ser dito. Esperava, também, que dissessem nas redes sociais, porque iriam para as redes sociais e para a comunicação social explicar aquilo. Tinham muito para explicar. Tinham a Casvil, em que tinha sido autorizado um loteamento com maior capacidade construtiva do que aquilo que estava no PDM. Tinham sido eles que tinham resolvido, estava lá parte daquilo que resultava da diferença da capacidade construtiva para aquilo que podia construir-se no próximo PDM. Tanta coisa que explicava alguma intervenção dessa construção do edifício da antiga garagem dos Belos, assim denominada. Aquela antiga garagem dos Belos tinha sido autorizada, a sua ilegalidade, pela própria intervenção, como tinha acabado de dizer, do Partido Socialista, que já sabia que a garagem estava lá havia 30 anos e não a quis legalizar. Atualmente, a maior parte daquelas oficinas estavam legalizadas. Aqueles edifícios estavam legalizados.

O que havia em relação à fachada estava dependente da Direção-Geral do Património Cultural e o que havia em relação ao estacionamento estava dependente da alteração do PDM, exatamente por causa do tal perímetro que tinha sido classificado em RAN. Portanto, era essa alteração da RAN que se aguardava no novo PDM. Perguntavam: se aquilo não fosse legalizado, tantas e tantas pessoas que tinham vindo perguntar o que é que poderiam lá fazer, para poderem lá construir, perante tantas restrições para outros usos que não aquele. Aquele tinha sido o único uso mais compatível com aquilo que lá estava, mesmo assim, dependente da alteração do PDM, mas estavam em sede de alteração e, portanto, podíamos aproveitar a requalificação daquele edifício, que provocava a requalificação daquela zona e o desenvolvimento daquela zona, quer o desenvolvimento económico quer o desenvolvimento turístico, que trazia desenvolvimento económico e trazia mais riqueza para aquela terra.

Tinha sido, essa visão de conjunto, de desenvolvimento e de futuro, que viram para aquela terra. Tinha sido por isso que tinham aceitado, primeiro, a limpeza, sempre alertando. Para a limpeza não era preciso licenciamento, era preciso comunicação e tinha sido o que tinham feito. Muitas vezes os tinham alertado para a questão do licenciamento e eles tinham entrado com o licenciamento na Câmara Municipal.

Estando a maior parte das áreas licenciadas, a Câmara Municipal, tendo conhecimento de que as obras tinham ido tendo algum desenvolvimento pela parte de dentro, nomeadamente nas pinturas e na limpeza, porque na primeira fase não era preciso licenciamento, tinha ido deixando avançar, esperando a resposta dessas entidades e esperando, também, a resposta da regularização do PDM. Tinha sido isso que tinha acontecido.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse à Sra. Presidente que agradecia a sua intervenção, pondo alguma luz sobre as razões que lhe assistiam, em defesa da posição da Câmara Municipal, que, até àquele momento, ainda não tinham sido ouvidas, por que em todas as notícias nunca tinha havido. A Sra. Presidente tinha-se remetido sempre ao silêncio, sempre que tinha sido confrontada com a questão. Havia dois pontos que tinham alguma dificuldade em aceitar, sinceramente.

Dizer que aquela situação se devia ao Partido Socialista e ao PDM de 1994, realmente, era mais que abusivo, era muito imaginativo. Não sabia quando é que a Bacalhoa tinha comprado aquela propriedade, se tinha sido havia dois ou três anos, mas, seguramente, quando a tinha comprado, sabia o que estava licenciado, o que não estava licenciado e o que era possível fazer perante o PDM. Portanto, aí achava que as coisas eram claras.

O proprietário que tinha adquirido aquela propriedade sabia exatamente o que é que poderia lá fazer e o que é que não poderia lá fazer e o que é que estava licenciado. Portanto, não lhe parecia bem, estar a atirar as culpas para o ano de 1994 e para o Partido Socialista.

L

Eram verdade algumas questões que a Sra. Presidente tinha referido. Que o primeiro Plano Diretor Municipal, que havia sido feito, tinha algumas lacunas, era verdade. Não acreditava, minimamente, que tivessem sido feitas propositadamente, mas era verdade. Aliás, já tinham chegado a fazer algumas alterações pontuais no PDM, para corrigir essas lacunas que tinham sido detetadas, mas, naquele caso, isso não tinha sido feito. Portanto, o proprietário sabia, seguramente, o que é que podia ou não ser feito.

Agora, havia uma segunda questão, que tinham sabido naquele dia, que, enfim, levantava questões de maior ordem. Se era verdade que o novo PDM podia resolver o problema de mais área de construção que tinha sido lá feita, entretanto, ou da área que já existia e que não estava licenciada - não fazia ideia, não conhecia minimamente o projeto -, parecia que a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) levantava questões e três vezes tinha chumbado, por questões estéticas, no sentido de que aquilo desvirtuava, em termos históricos, aquela imagem.

Pensava que nenhum dos onze que estavam sentados àquela mesa estava contra o desenvolvimento do território, contra o investimento, obviamente dentro daquilo que eram as leis, nem a Sra. Presidente podia potenciar o contrário, nem o fazia, pensava ele. Sendo um edifício, segundo o que tinha lido naquele dia, um falso histórico, que criava um palácio numa zona onde não havia palácio, que ia subverter aquilo que era a verdade histórica da região - e até, com isso, eventualmente, pode ser contrário àquilo que queriam, que era a valorização histórica e cultural e turística da região -, portanto, tinham um palácio que era monumento nacional e, depois, tinham um palácio que era uma cópia, feita em 2020, de uma coisa a replicar algo que não existia, nem existe e que criava ali uma provocação. Não sabia como é que isso ia ser alterado.

Gostava que a Sra. Presidente também lhes pudesse dizer quais eram, naquele momento, as "démarches" que existiam e os contactos com a DGPC para resolver, porque já tinham percebido que pela alteração do PDM resolvia a questão do Parque Natural da Arrábida. Em relação à DGPC, parecia que a coisa era mais complexa, porque tinha que haver uma intervenção profunda do edifício em si. Isso era perceptível por toda a gente. Aliás, a DGPC referia isso, que a Câmara Municipal era a responsável pelo embargo da obra. Eles eram claros, no jornal até estava transcrito que eram eles que o diziam. Tinha havido algum embargo, não tinha havido? Tinha havido e tinha havido desrespeito do embargo?

Percebiam que a vontade era de aprovar e de potenciar aquele investimento, sem dúvida alguma. Isso percebia-se pelas palavras da Sra. Presidente, mas também se percebia que o promotor tinha ido longe demais, numa zona com muitas condicionantes técnicas. Democracia não era só votar em Liberdade, a democracia também não ficava só pela parte representativa, também tinha a ver com a participação e o debate. A democracia também era informação, também era querer saber o que se decidia e como se decidia.

Aquela obra tinha sido sempre muito opaca em termos de informação e a Sra. Presidente sabia disso, porque, em sede de Assembleia Municipal, tinham chegado a alertar que não havia lá nenhuma informação sobre a obra. Não havia nada e várias pessoas, ao longo de algum tempo, também tinham tentado questionar porquê e, naquele momento, percebia-se que não havia informação porque o proprietário não tinha licença e não tinha autorização para fazer aquilo.

Portanto, eram essas duas questões: DGPC, como é que se resolvia a questão, o que é que a Câmara, naquele momento, sabia sobre o assunto, se é que a Câmara estava em contacto direto com a DGPC ou se isso passava pelo promotor. Qual era o "feedback" que tinha?

Não deixava de ser curioso e achava que não tinha nenhuma relação, mas, também, já no Palácio da Comenda, à vista de toda a gente, tinham sido feitas uma data de obras e a Sra. Presidente já ali tinha dito que tinham chegado a fazer o auto de embargo, que eles não tinham respeitado, e a obra tinha continuado. Uma coisa era, no decorrer da obra, fazerem-se algumas alterações e dar-se entrada de um projeto de legalização, para corrigir essas alterações, mas havia um licenciamento. Isso era uma situação normal. Outra coisa era fazerem obras de raiz, com necessidade de licenciamento específico e havia embargos ou

4

não havia embargos e, quando havia embargos, não havia respeito pelos embargos e seguia-se para a frente.

Isso, obviamente, Sra. Presidente, não era culpa do PS, nem de 94 nem, do antigo PDM, nem nada. Essa era a questão deles, para a qual continuavam sem respostas, porque a Sra. Presidente tinha falado muito sobre essas questões e sobre outros problemas que, eventualmente, o concelho tinha e havia de haver outros problemas que o concelho tinha tido depois de 2001, na área do urbanismo. Eventualmente, também conseguiriam elencar alguns, seguramente coisas aprovadas depois de o PS não estar ali. Portanto, era preciso era dar resposta às questões que se colocavam naquele momento.

Sr. Vice-Presidente – Disse que o Sr. Vereador Paulo Lopes podia dizer que as normas de ordenamento do território, de uso dos territórios, que tinham sido aprovados no PDM de 1994 não eram culpa do Partido Socialista, que estava na Câmara, mas isso não chegava para atirar para a CDU de 2020 a responsabilidade de todas as dificuldades do sistema burocrático do país. Existia um sistema burocrático complexo e complicado. Era verdade aquilo que dizia, todos sabiam, o senhor vereador tinha conhecimentos mais diretos na construção e sabia que era assim.

A dificuldade em cumprir certas normas que não se aplicavam diretamente ou razoavelmente à realidade existente, de facto, criava situações relativamente absurdas, de cumprimento quase inviável. Quando era preciso demolir alguma coisa – na zona tinham alguma experiência disso, com o processo da Arrábida, também, mas na orla costeira isso era muito corrente –, sabiam que tinham uma dificuldade de harmonização entre poderes, um dos quais mais empedernidos e mais difíceis de enquadrar com os planos de ordenamento regional e os planos diretores municipais, era o poder do ICNF, cuja razoabilidade em relação aos usos e às necessidades das construções, às vezes, não era muito compatível.

Tinha dito à Sra. Presidente que o PM de 1994 atribuía àquela zona o uso natural e cultural, ou seja, o Partido Socialista que geria a Câmara, com aquele PDM que tinha aprovado, tinha ilegalizado aquela construção, que era, como todos sabiam, de uso industrial. Tinha-a ilegalizado e, portanto, desde essa altura tinha estado ilegalizada, sem que ninguém tivesse levantado qualquer questão.

Não queria valorizar o autor da ilegalização. Podia ter sido pela mão da Câmara, mas quem tinha dado a aprovação ao PDM havia de ter sido uma instância tutelar, com os pareceres vinculativos do ICNF da altura, etc. Alguém tinha aprovado aquele PDM, mas, ao fazê-lo, ilegalizou durante décadas o uso industrial que ali se tinha tido daquela construção, que já lá estava, mas tinha aberto a possibilidade da legalização a qualquer promotor. Quando, em 1994, foi atribuído o uso natural e cultural estava-se a abrir a um promotor futuro a expectativa de se restringir a uma intervenção para uso cultural daquele edificado. Ora, ia lá ser construída uma fábrica? Parecia que não. Era um equipamento cultural? Parecia que sim, mas o ICNF o que é que dizia a isso? Não sabia, não conhecia o processo, só estava a falar dentro dos parâmetros dos normativos gerais de uso daquele local e equipamento. Tinha-lhe sido atribuído o uso natural e cultural, para fruição cultural. Ora, se se estava a fazer uma intervenção com a finalidade de instalar – não sabia se estava declarada, se estava assim fundamentada ou argumentada –, a alternativa ao uso cultural de um equipamento daqueles era qual? A degradação “*ad eternum*”?

Até admitia que a lei estivesse apertada o suficiente para que nem o ICNF nem qualquer autoridade que desse um parecer se sentisse à vontade para avaliar aquilo e sabiam como é que se reagia, pelo seguro, dizia-se que não. Ora, isso tinha que ser, naturalmente, esclarecido, porque, aparentemente, se o uso atual do PDM ainda em vigor – porque ainda não tinha sido publicada a revisão – ainda era o de fruição cultural, naquele momento, em que se estava a dar um uso cultural àquele edificado, como é que se podia levantar a questão da ilegalidade, que, de facto, nos termos da lei, tinha ocorrido durante as dezenas de anos em que aquilo tinha tido uso industrial?

Tinha que haver uma intervenção de bom senso, sim. Não interessava se era o fulano A ou o fulano B ou o fulano C, porque essas situações ocorriam. Estava a fazer-se um palácio ali?

Aquilo era um palácio? Um palácio, a não ser que fosse para habitação própria e primeira habitação ou, então, para fazer uma exploração comercial hoteleira. Parecia que não era isso. A finalidade julgava que estava clara. Não conhecia, mas julgava que estava clara. Lembrava aquilo que tinha sido a polémica também gerada pela construção da vedação da quinta em frente, da Bacalhoa. Afinal de contas, parecia que não tinha ido ninguém preso nem ninguém tinha sido criminalizado e tinha acabado por ser legalizado ou não tinha sido? Parecia-lhe que sim.

Portanto, achava que não havia que tirar proveito partidário desse tipo de coisas quando o que estava em causa era o aproveitamento das belezas, do usufruto da natureza e dos equipamentos que podiam dar-lhe melhor uso, em termos de interesse público. O Município de Setúbal não era só Azeitão, era Azeitão e Setúbal. Em termos de benefício cultural e turístico, tendo ali um museu, perdia ou ganhava? Um pólo cultural, naquele ponto, em Azeitão, era valioso ou era prejudicial à sociedade humana e à natureza? Deviam pensar nisso.

Se queriam dirimir aquilo para mera burocracia e pelo acerto das interpretações das normas, então deixava-lhe aquela: Se o atual uso era a fruição cultural, então, naquele momento, em que se estava a fazer uma intervenção para tornar aquela instalação legal é que vinham levantar o problema? Então, que o tivessem levantado enquanto lá tinha estado a rodoviária, enquanto tinha tido uso industrial e comercial, que o PDM não permitia. Era esse o quadro que tinham. Portanto, não estaria certo com as normas todas? Talvez não, mas julgava que deviam esclarecer e acertar os interesses a partir do primeiro interesse coletivo que uma intervenção daquelas tinha. Era para bem da população do concelho e da sociedade em geral ou era para mal? Se lhe dissesse que era preferível estar lá uma fábrica de carnes ou uma fábrica de resíduos ou uma fábrica de fazer qualquer coisa, sapatos, obviamente que não. Todos diriam, obviamente, que não, mas não estava isso em causa.

Se era um uso cultural que estava ali em causa, achava que deviam ter alguma contenção, para ver se encontravam soluções que fossem úteis para o coletivo e não prejudiciais para um ou outro partido ou para um ou outro promotor, porque não era só esse senhor que promovia coisas da área da cultura, havia muitas intervenções culturais. Tínhamos muito edificado.

Se quisesse um exemplo - não era a mesma coisa, claro que não era -, mas aproveitar edificados que estavam em degradação, como tinha sido o caso, havia pouco tempo, do edifício onde tinha estado o DRM, era um aproveitamento para benefício do coletivo, da coletividade toda. Achava que deviam intervir nesse sentido. Nesse caso, tinham sido intervenções entre instituições públicas, entre o Estado e a Câmara, mas tinha-se aproveitado e tinha sido bom para todos.

Naquele caso, era para a indústria ou era para um bem comum cultural e de usufruto que beneficiava a sociedade? Achava que tinham que ponderar isso. Estava a falar tanto porque se, afinal de contas, na letra da lei, no atual PDM ainda em vigor, o que lhe estava destinado era uso cultural e se estava a fazer uma intervenção para a cultura, então, deviam tentar equilibrar as coisas e ver quais eram as diferenças com as entidades de tutela, para ver se a interpretação era comum, ou não.

Sr. Vereador Rui Lamim – Disse que, se era o PDM de 1994 que estava em vigor relativamente àquela zona e se o uso daquele edifício seria um uso cultural estava tudo pacífico com o PDM que estava em vigor e que já era mais que velho, que já deveria ter sido reformulado várias vezes, mas era o que existia. Existindo esse uso, não estavam a falar de bondade, ou não, da utilização daquele edifício para o fim que conheciam, que parecia ser uma boa iniciativa, porque, no final de contas, ia provocar um desenvolvimento da zona. Ia arranjar emprego, turismo, etc. Portanto, ninguém estava a falar dos benefícios daquele desenvolvimento.

Estavam a falar do processo de licenciamento e não iam falar da questão estética, porque cada um tinha a sua opinião estética. Se era bonito ou feio, não era isso que estava em questão. O que estava em questão tinha a ver com o licenciamento ou a falta dele. Se a obra



que estava a ser desenvolvida naquele espaço estava de acordo com o PDM a sua pergunta era: seria necessário haver licenciamento para aquele tipo de obra? Se era necessário, era obrigatório? Se fosse obrigatório ou se for obrigatório, não existindo, o que é que a Câmara poderia ter feito? Ficava-se a “patinar” – que lhe desculpassem a expressão - nessa coisa que não se percebia muito bem e que distraía a atenção e que ia para os jornais.

Qualquer dia tinham ali, provavelmente, um museu do azulejo ou algo que o valesse, que ia atrair pessoas, mas já tinha um pontinho um bocadinho feio ali atrás. Não queriam isso, queriam as coisas boas. Aquilo podia ter sido feito de outra forma e o que perguntava era: O promotor devia ter licenciado? Era obrigado a licenciar? Essa licença tinha chegado tarde, não tinha chegado, tinha a análise, tinha sido chumbada? Se não existisse, implicava o embargo da obra? Enfim, era um conjunto de perguntas que deixava em aberto, porque aquele era o ponto: tinha o licenciamento ou não havia licenciamento? Não tinha a ver com a bondade do desenvolvimento económico da questão e, muito menos, com o gosto, porque o gosto era uma questão pessoal.

Em termos culturais, havia pontos que poderiam ser levantados. Tinha vindo nos jornais, naquele dia, como um falso histórico - não tinha sido essa a expressão utilizada, já tinha ouvido outras -, mas deixassem a Direção-Geral do Património Cultural pronunciar-se acerca desse assunto.

Sra. Presidente – Disse que era claro que o PS não estava interessado no desenvolvimento. Era claro, nem tinha “espinhas”.

Gostaria de saber quem é que iria investir, para a cultura, os milhões que ali estavam a ser investidos ou que já lá tinham sido investidos com a sua concretização. Quem é que iria? O Governo não iria, de certeza. O Governo não tinha Ministério da Cultura, não iria, de certeza. O que o PS queria era que aquilo continuasse a cair, que fosse um lixo, uma porcaria que ali estava. Sim, porque o PS tinha ilegalizado aquilo, não o que lá estava naquele momento, mas o que lá esteve anteriormente, que já lá existia havia 30 anos, em 1960.

O senhor vereador não tinha percebido. Não percebeu, não, não tinha querido perceber, dava jeito. Percebia que não desse jeito. Ia ler outra vez o parágrafo: *“Importa ainda salientar que os terrenos em que aquele complexo foi construído, em 1960, foram estranhamente classificados pelo PDM, em 1994”* - o primeiro PDM. Era verdade, tinha sido um erro, não se tinha dado por ele. Aquela rodoviária nem se percebia que lá estava. Tinha sido um erro. Não se tinha dado por ela, que ela estava lá, e, então, tinham posto no PDM que aquilo ali, que era já uma rodoviária, era um espaço natural e cultural -, *“classificação que impede ali qualquer construção e, no limite, obrigaria a manter eternamente e até à ruína total aqueles edifícios, sem que fosse permitida qualquer alteração, ruína que, aliás, começava já a ser evidente.”*

Tinha sido isso que tinha dito, não tinha dito que diretamente aquele PDM tinha inviabilizado essa construção. O que tinha dito tinha sido que aquele PDM tinha ilegalizado e tinha autorizado, porque o PS não tinha feito nada ou o PS tinha andado para aí a dizer que *“Eh, pá, aquilo é uma porcaria, aqueles óleos, a poluição, as gasolinas e tal.”* Tinha andado a dizer que aquilo que estava ali era uma porcaria, que, em 1994, quando tinha feito o PDM, deviam ter dito: *“Autocarros fora daqui.”* Tinham posto no papel, mas tinham deixado ficar. O PS tinha ilegalizado, pondo no PDM um uso diferente daquilo que lá estava.

O que estava a dizer era que, independentemente, disso, isso tinha vindo ilegalizar as áreas que, naquele momento, se pretendia que fossem de estacionamento, porque a maior parte dos edifícios que estava lá dentro estavam legalizados como armazéns e como oficinas, etc. A maior parte estavam legalizados, o que não estava legalizado era um estacionamento, que, em termos de PDM de 1994, não era para aquele uso que, naquele momento, se estava a pedir, o estacionamento. Portanto, a Câmara não tinha pedido o embargo, porque, face à proporcionalidade entre aquilo que estava ilegal e aquilo que estava para alteração do uso em sede de novo PDM, era muito menor do que aquilo que já estava legal. Aquilo que estava ilegal, do ponto de vista proporcional, era muito menor do que aquilo que estava legal.

Relativamente aos pareceres das entidades, não tinham sido só essas entidades que tinham sido consultadas. Para um processo daqueles, eram várias entidades. Havia a DGPC, havia o Parque Natural e havia a IP, que tinham dado os pareceres negativos, que estavam a ser resolvidos com o promotor e com a Câmara Municipal a regularizar de acordo com aquilo que era exigido por essas entidades. Estavam a tentar resolver. As outras entidades tinham lá os pareceres favoráveis.

Portanto, era evidente que faltava já assunto ao PS. O PS tinha que cavalgar em qualquer coisa e, naquele momento, estava a tentar fazer disso um facto político. Um facto político que caía por terra com aquele desmascaramento partidário, com aquele interesse partidário. Não era o interesse no desenvolvimento daquele espaço, porque gostaria de saber quem é que o PS tinha arranjado para ir lá regularizar aquilo, para ir lá comprar aquilo. A área de desenvolvimento, quem é que comprava aquilo, mais ou menos para aquele uso de grandes hangares que aquilo tinha. Quem é que comprava aquilo? Quem é que desenvolvia aquilo que foi lá desenvolvido?

Isso incomodava o PS, era evidente, porque o PS, em Azeitão, como tinham acabado de referir por alto, tinha cometido atrocidades urbanísticas. Já tinham feito ali as várzeas, as AUGI, Quinta dos Fóios, mas havia mais. A falta de espaços para os estacionamento, para os equipamentos escolares ou de saúde ou, então, aquilo que era dado em contrapartida, que era sempre em lugares piores para a construção dos equipamentos escolares, etc. Tinha sido isso que tinha acontecido em Azeitão, mas não tinha acontecido em Azeitão só. Estava a falar de Azeitão porque estavam a falar. O que é que o PS tinha feito em Azeitão? Tinha sido isso, tinha sido ao contrário de possibilitar a legalização daquelas oficinas. Porque é que nunca tinha chamado a atenção que as oficinas tinham que se legalizar, a garagem das viaturas tinha que se legalizar? Porque é que, naquele momento, fazia um cavalo de batalha disso? Não se percebia.

Tinham estado tão caladinhos até aquele momento, depois de verem aquilo a acontecer. Depois de verem ou de algumas pessoas verem. Porque é que eram questões mesquinhas, questões pessoais, questões de perseguição, questões partidárias? Não havia questões, não havia o interesse, como dizia o vereador, o interesse coletivo ou aquilo que podia ser de desenvolvimento turístico e desenvolvimento económico para aquela região e para Setúbal e para o distrito. Tudo o que tinha sido feito por aquela entidade, nessa área, tinha sido um desenvolvimento. Fossem ver a Estremoz, que tinha sido o último investimento que tinham feito; fossem ver a Lorigos, que tinha sido o penúltimo; fossem ver a Lisboa, onde ia ser inaugurado um outro museu. Fossem lá ver o que é que aquilo tinha dado de desenvolvimento.

Gostaria de saber o que é que os governos, os sucessivos governos, nomeadamente o atual, tinham feito pela cultura e pelo desenvolvimento. Era só isso que gostaria que as pessoas pensassem. Mas não, era perseguição, era a rede social com a mentira permanente, com o "picar" à comunicação social e, depois, o gostarem que houvesse ali uma espécie de bate-papo, sem se perceber nada de nada: Um dizia isto e o outro dizia aquilo, sem se perceber o contexto, sem se conhecer o processo, sem se conhecer nada de nada, nem a localização. Não conhecia a pessoa, era preciso era perseguir a pessoa.

Por falar em pessoa, tinham que falar ali noutras coisas de quem perseguia a pessoa. Portanto, era a perseguição a uma pessoa, a uma empresa, à atitude de quem governava, etc. Isso é que interessava, não era o Partido Socialista dizer que estava muito interessado no desenvolvimento.

A primeira coisa, quando ali tinham chegado, tinha sido pagar para demolir um andar que o Partido Socialista tinha deixado construir ilegalmente na Avenida Luísa Todi. Tinha sido das primeiras coisas que tinham feito em 2002, tinha sido pagar um andar que eles tinham deixado construir na Avenida Luísa Todi, a tapar o rio. Tinha sido isso a gestão do Partido Socialista. Portanto, era claro que estavam interessados no desenvolvimento desta terra.

Tinha sido o que se tinha encontrado ali, era isso que se encontrava todos os dias. Só para fazer barulho, dizia-se: *"Não, vai-se construir o hospital, vai-se construir isto, vai-se construir aquilo."* Sabiam porque é que tinham tido a melhor performance no concurso das viaturas?



Porque tinha sido o município que tinha apresentado o melhor projeto. Sabiam porque é que íamos ter aqui viaturas novas? Tinha sido aquele município que tinha apresentado o maior projeto e com mais exigências. Por isso, éramos o município que ia ter autocarros novos. Éramos o município que tinha o maior aumento de rede, para dentro das localidades, das pequenas localidades, do Sado, da Gâmbia, de Azeitão, e com maior frequência, porque se preocupavam com essas coisas. Isso sim, isso é que era gostar de Setúbal e estar preocupado com Setúbal.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que era só para refutar essa última ideia, de que havia uma perseguição a alguém. Isso era mesmo descabido, porque não havia perseguição a nenhum empresário em particular, nem em geral. Aliás, se alguém tinha alguma questão contra o capitalismo e os empresários era o Partido Comunista, não era o Partido Socialista, seguramente. Portanto, até do ponto de vista ideológico estava a tentar inverter a situação. Não era para alongar a conversa, era mesmo só para refutar essa imagem. Não conhecia o senhor, nem nunca se tinha sentado à mesa a almoçar com ele nem nada. Sabia que até era embaixador, nomeado não pela Câmara, mas pela Sra. Presidente. Não havia ali qualquer tipo de perseguição, que ficasse claro.

Sra. Presidente – Perguntou se a Sra. Presidente nomeava embaixadores sozinha.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Respondeu que sim, porque não tinha ido à reunião da Câmara. Aquele tipo de embaixadores, da cidade, não tinha ido a reunião da Câmara, as medalhas tinham ido.

Sra. Presidente – Disse que, então, não tinha sido a Sra. Presidente, tinha sido o executivo em funções. O senhor vereador devia retificar.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que retificava, mas não tinha ido a reunião da Câmara, nem tinha sido da Câmara.

Sra. Presidente – Disse que era do executivo em funções.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que também não tinha visto nenhum documento nem nenhum despacho do executivo. Retificava sem problema nenhum, porque isso era um não assunto para ele.

Dizer ou fazer ver que estavam a fazer uma perseguição, não. Não estavam. Havia, efetivamente, um assunto que tinha sido levantado, que lhes tinha parecido da maior pertinência e tinham levantado as questões. Também era função deles levantar as questões e a Sra. Presidente responder. A Sra. Presidente respondia como entendia e eles também deviam fazê-lo.

Não havia perseguição, muito pelo contrário. Também não era razão a questão do uso. Nunca ninguém tinha posto ali em causa o uso. Nunca ninguém tinha levantado o uso. Quanto a dizer que aquilo estava ilegal, a Sra. Presidente tinha acabado de dizer que parte daqueles pavilhões estavam legalizados. Portanto, não havia essa ideia de que o PS, indiretamente, tinha inviabilizado. Não era verdade. Porque é que em 1994 tinha aprovado daquela forma? Era aferir.

Era um trabalho de casa engraçado perceber porque é que aquela zona, em 1994, tinha sido constituída daquela maneira, porque já existia um parque natural, porque havia regras, porque, se calhar, tinha havido imposições, tal como existiam naquele momento, em que a Câmara queria certas coisas e o parque não concordava e impunha a sua vontade e, outras vezes, vice-versa. Isso era normal.

Era preciso ver as questões, não era passados 30 anos, estar a tentar, enfim, adivinhar (“O PS inviabilizou, não viu”). Toda a gente sabia que havia aquele edifício ali. Claro que sim, toda a gente sabia perfeitamente que aquela zona era uma zona que tinha uma densidade de

construção muito grande e, pelos vistos, estava licenciada. Não era isso que estava em causa.

Não merecia a pena, também, tentar diabolizar e dizer que havia uma perseguição. Não havia, de todo. Perseguição tinha havido em certos partidos. Perseguição não, tinham questionado sobre o comportamento do empresário. Inclusivamente, o PCP, em toda a posição financeira em que tinha montado toda a sua estrutura, etc. Mas isso eram outros 500, que não estavam ali a discutir nem sequer interessavam para o assunto. Todos os partidos tinham questionado a postura desse empresário, mas não tinha nada a ver com o que se estava ali a falar.

Se tinha havido partido que tinha questionado esse empresário tinha sido o Partido Comunista, tinha sido o Bloco de Esquerda e tinha sido o PS. O PSD também tinha levantado questões na altura. Toda a gente tinha levantado questões na altura, sobre as questões de financiamento a que ele tinha tido acesso sem garantias, mas isso eram outros 500, não tinha nada a ver com aquilo. Ali não havia nenhuma perseguição, o que havia era uma situação em que se percebia que a Câmara estava muito interessada em desenvolver e queriam questionar era se estava a ser desenvolvido de acordo com as regras e as normas de, por exemplo, um monumento nacional.

Era um absurdo, mas não era assim tão absurdo quanto isso: Alguém comprava uma propriedade ao lado ou na área de intervenção dos Jerónimos, fazia uma grande intervenção de milhões ali e não tinha parecer de ninguém, nem da Câmara de Lisboa, nem parecer favorável da DGPC, nem das entidades que tinham que decidir (*"Ah, mas como ele faz o investimento pode fazer o que quer e pode pintar aquilo de amarelo, azul, crescer para os lados, para a frente, para trás, não interessa"*). Não podia, era claro que não podia. Portanto, também não tinha sido assim com essa ligeireza que tinham pegado no assunto.

Percebiam que estavam com um tom de discutir o assunto serenamente. Ninguém estava ali a cavalgar nenhuma onda, nem eles nem a Sra. Presidente. Assumia isso. Às vezes, a Sra. Presidente extravasava um bocadinho em termos da forma como discutia, mas a democracia, para ele, era isso, era questionar e responder. Eles não concordavam que a forma como estava a ser feita pela Câmara era a correta. Se a Sra. Presidente achava que sim, tudo bem.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que achava que as questões estavam claras, a Sra. Presidente tinha clarificado bem. O que achava interessante era que o enquadramento adequado para um momento nacional era uma ruína. Era a conclusão que se podia tirar, porque toda a gente estava preocupada e não se lembrava de, naquela casa – só estava ali havia 11 anos, era pouco tempo, se calhar tinha sido levantado noutra altura – alguém, alguma vez, ter levantado o problema do enquadramento do Palácio da Bacalhoa por uma ruína e a necessidade de resolver aquela ruína. Não se lembrava de alguma vez isso ter acontecido. Quando se começava a resolver o problema da ruína, *"aqui d'el rei"*. Portanto, achava que as coisas estavam a ser conduzidas de forma a que corresse tudo bem e seria assim, mas era interessante essa visão e essa preocupação: *"Viva a ruína que faz brilhar o Palácio da Bacalhoa."* Parecia que era a essa a consigna do Partido Socialista e de outra gente.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que só queria dar nota que, de facto, havia um ponto em comum entre o Partido Socialista e o executivo municipal da CDU, que tantas vezes tinha sido questionado sobre a atribuição da condição de Embaixador da Cidade de Setúbal. Tinha sido a atribuição, pelo Presidente Jorge Sampaio, da Grã-Cruz. Tantas vezes isso também tinha vindo à praça pública e, de facto, tinha sido um socialista, como Presidente da República, que tinha atribuído essa condição. Era o único ponto em comum.

Sobre o outro, curiosamente, quando falavam em requalificação do património, uma vez mais o silêncio ensurdecedor do Partido Socialista sobre a requalificação do Convento de Jesus tinha sido, de facto, presente evidente. Incomodava, evidentemente, a requalificação da cidade e do seu património ao Partido Socialista, que nada tinha contribuído para aquilo que era evidente.



Sobre a DGPC, gostaria que o senhor vereador se lembrasse de qual tinha sido o parecer sobre essa incompatibilidade, quando o Estado Português tinha decidido fazer o CCD ao pé do Mosteiro dos Jerónimos. Se essa incompatibilidade de estilos, de condição, tinha sido assim tão incomodativa e, presentemente, era uma evidência clara dessa mesma situação.

Sr. Vice-Presidente – Disse que havia uma pequena coisa que era necessária, por aquilo que tinha dito o Sr. Vereador Paulo Lopes, que tinha citado, tinha trazido a questão dos nomes e a história das condecorações. Que ficasse sabendo e bem ciente de que a intervenção que tinha feito, no quadro da discussão que tinha sido feita, da parte deles não tinha sido sobre empresário nenhum, não tinha sido sobre pessoa nenhuma, tinha sido património de utilidade pública. Tinha sido essa a discussão que tinham feito e era nesse plano que a deviam manter no âmbito da gestão autárquica. Que não fosse para ali chamar pessoas, porque a Sra. Presidente tinha tido o mérito de tomar a iniciativa que o Estado não tinha tido.

O senhor vereador tinha-lhe perguntado se os comunistas defendiam os capitalistas, mas estava enganado. Se lesse bem a situação, que visse assim: entendia que, como a propriedade, o capitalismo, regra geral, era um roubo. O que uns tinham e mais outros tinham a menos. Era um roubo, entendia isso e, já com a idade que tinha, ia morrer a entender isso, estava-se bem de ver. Achava, até, que a forte tributação para sustentar o funcionamento dos Estados devia ser da tributação do capital, não do trabalho, como era ainda. Mas, se não fosse pela tributação, então que se lhe aproveitasse aquilo que, da riqueza que tinham absorvido, pudesse ser recolocado a benefício de todos. Se eles doassem, se eles investissem e a pusessem a bem do coletivo ao menos era um fim muito mais útil do que andar a gastar em iates. O senhor vereador não achava? Ele achava que sim.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, decorrente da última reunião, o Partido Socialista tinha feito sair um comunicado, que tinha tido eco n' *"O Setubalense"*, relativo às críticas do Partido Socialista às prioridades do Município de Setúbal em relação às obras, chamando a atenção para o facto de as rotundas serem bonitas, as fachadas também, mas que era preciso tratar de questões estruturantes do concelho.

Achava isso ridículo e ia explicar porquê: em primeiro lugar, a referência às rotundas era ridícula, era politicamente ridícula e ia explicar porquê. As rotundas podiam ser bonitas, mas eram instrumentos estruturantes da mobilidade na cidade e eram instrumentos decisivos da redução do CO2. Tinham um impacto ambiental brutal.

O Município de Setúbal tinha investido em permanência na rede rodoviária, nos passeios, nas ciclovias, criando estruturas e fazendo obras estruturantes da mobilidade no concelho. Mas, depois, olhavam à volta e era preciso viver cá e não estar cá ou, então, ser cego de todo, para não perceber o que ia dizer: então, o Interface Multimodal não era uma obra estruturante da rede de mobilidade no concelho? Então, o Convento de Jesus não era uma peça estruturante da Cultura no concelho? Então, o Forte de Albarquel e o Forte de S. Filipe não eram peças estruturantes da Cultura e do Turismo no concelho? Então, a nova Casa do Turismo, ali mesmo em frente – era preciso não querer ver, para entrar naquela casa tinha que se passar por ela -, não era um instrumento estruturante do Turismo no concelho, como tinha sido a Casa da Baía? Então, a reabilitação do Fórum não tinha sido uma peça estruturante da Cultura no concelho? Então, o que estavam a fazer em termos de rede de águas que ali tinha sido referida. Tinha sido referida a Reboreda. Havia uma obra que estava adjudicada para resolver o problema da Reboreda, que estava uma complicação. Tinham feito, em anos recentes, 40 quilómetros de condutas de água e adutoras de água. Tinham reabilitado três reservatórios, duas hidropressoras, tinham selado uma série furos, tinham aberto novos furos, novos equipamentos de furos, etc. Isso não era estruturante? Não se via, não brilhava, os senhores não viam, não sabiam nem liam o que vinha à reunião da Câmara. Em relação aos esgotos, tinham feito mais de 25 quilómetros de esgotos, "n" elevatórias. Só para referir as obras mais "gordas", tinham realizado o grande emissário Faralhão-Pontes, o grande emissário das aldeias da Portela, da Piedade e por aí fora. Estavam a fazer o

emissário da Aldeia Rica. Tinham feito os dois emissários, um que passava à porta do senhor vereador, o emissário dos Ciprestes, tinham feito o emissário do Viso, tinham retirado 25 por cento do esgoto nos últimos anos, porque ia para o rio. Isso não era estruturante? Não conseguia entender.

Depois, falavam ali de umas coisas quaisquer. Depois, a limpeza. Não conseguia entender como é que era possível o Partido Socialista abrir a boca sobre a limpeza do município? Podia haver coisas que corriam menos bem, aqui ou acolá, mas saíam. Conhecia Setúbal, antes de para cá vir, como a cidade mais porca, a capital de distrito mais porca do país. Naquele momento, eram milhares de pessoas a vir cá e a ver como aquilo era limpo, dezenas de pessoas a dizerem que a cidade estava linda e limpa. Então, estava suja?

Achava que o pior cego era o que não queria ver. Certas afirmações eram tão ridículas, tão desfasadas da realidade, que se viravam contra quem as proferia. O Partido Socialista devia continuar assim, porque iria mesmo afundar-se com aquele tipo de conversa. As pessoas viam na sua rua o que estava a passar-se. Por exemplo, na Rua Flávio Resende e na alteração brutal que estava a acontecer. Estavam a ver o que é que estava a acontecer na Rua D. Dinis. Estavam a ver o que é que estava a acontecer no novo parque de Azeitão, no novo Bacalhoa Parque, na Fase 2. Estavam a ver, com as bacias de retenção, aquilo que estava a acontecer, que eram obras estruturantes do concelho, em termos de defesa de cheias e eram grandes parques urbanos.

Não conseguia entender como é que era possível terem escrito que as obras em Setúbal deviam ser estruturantes e não deviam ser só pintura de fachada. Era o que estava escrito: *"Só pintura de fachada"*. Então, tinha que dizer que também era pintura de fachada, sim, porque tinha que ser, porque tem que se caminhar assim no município. Uma gestão equilibrada de qualquer município tinha que trabalhar em todas as áreas: na cultura, no desporto. Então, os campos de futebol que tinham feito, de sintético, não eram peças estruturantes do desporto no concelho? Tinha que se trabalhar na cultura, no desporto, no ambiente. Tinha que se trabalhar na limpeza, tinha que se trabalhar em tudo o que era, digamos, a vida quotidiana.

Tinha que se trabalhar no *"habitat"*, criar parques, jardins, tudo. Estavam a trabalhar no *"habitat"*, de forma estruturante e profunda. Portanto, era só deixar essa nota, porque não era aceitável esse tipo de afirmações em comunicado formal do Partido Socialista, referenciado pela comunicação social, porque, insistia, estavam cá, viviam cá, mas não estavam cá, não viam nada.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que queria dizer só que o Vereador Carlos Rabaçal, provavelmente, não tinha percebido bem o texto do Partido Socialista, porque, de facto - queria dizer isso, até não querendo defender a bancada do Partido Socialista -, tratava-se de algumas figuras de estilo.

O senhor vereador que reparasse que, quando se falava em obras estruturantes, se referia o problema das filas do Mercado do Livramento. Quando se falava em obras estruturantes, pelas questões que eram evidenciadas, depois, no próprio texto, era, de facto, difícil de perceber o que eram obras estruturantes.

Portanto, certamente do que se tratava era de uma metáfora sobre o que era o entendimento de *"obras estruturantes"* e não o entendimento do que, de facto, eram obras estruturantes para o concelho. Achava que essa nota era importante ficar, porque a defesa daquilo que era indefensável tinha essas evidências.

Sra. Presidente – Perguntou ao Sr. Vereador Rui Lamim se queria ler a sua moção.

Sr. Vereador Rui Lamim – Leu a seguinte moção, intitulada *"Governo duplica o valor da Taxa de Gestão de Resíduos"*, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11:

"No passado dia 17 de Setembro, o Conselho de Ministros aprovou o aumento do valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) de 11 para 22 euros por tonelada, a partir de janeiro de 2021. Esta decisão é ilegal, inoportuna e desproporcionada.

É ilegal porque a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) não foi consultada (conforme decorre do seu comunicado datado de 22 setembro), quando a sua audição é legalmente obrigatória.

É inoportuna porque, quando os Municípios, os cidadãos e as empresas já estão penalizados pelo acréscimo das despesas decorrentes da atual pandemia, estes serão ainda mais sobrecarregados, num contexto de grave crise social e económica, sem precedentes, caracterizado pelo aumento substancial do desemprego, pela grande diminuição do produto nacional bruto e pela enorme diminuição do volume de negócios das empresas e das disponibilidades das famílias, que se poderão agravar.

É desproporcionada porque só um Governo desorientado, tanto nas medidas a adotar, como nas metas a atingir, designadamente perante a União Europeia, por ausência de políticas eficazes e consequentes, decide aumentar para o dobro a TGR.

Esta medida, desenquadrada de outros documentos que estão em preparação, como o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos e o Plano Nacional de Gestão de Resíduos, não vai atingir os seus objetivos de "desencorajar as opções de deposição final em aterro e incineração de lixo indiferenciado, ao mesmo tempo que incentiva a redução da produção de resíduos e a separação e reciclagem de materiais", como consta da nota de imprensa do gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, uma vez que se encontra completamente desenquadrada de outras integradas numa política que o Governo deveria ter promovido e não o fez.

Face ao exposto, a Câmara Municipal de Setúbal, reunida no dia 21 de Outubro de 2020, repudia esta decisão do Governo em aumentar para o dobro a Taxa de Gestão de Resíduos, apelando à sua revisão imediata e exortando o Governo a implementar medidas e políticas que contribuam para a efetiva prossecução da melhoria da qualidade do ambiente."

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que aquela moção, efetivamente, era bastante diferente da moção apresentada pela CDU. Aquela moção, mais do que querer resolver os problemas das pessoas, parecia que tinha o objetivo de diabolizar o Governo, com expressões nas quais não se reviam minimamente.

Não deixava de ser curioso, até parecia que quando o Governo do PSD/CDS esteve em funções não tinham aumentado essa taxa. Obviamente que tinham aumentado essa taxa e, obviamente, que tinham continuado a aplicá-la.

Efetivamente, o tema era um pouco mais vasto e complexo, politicamente e tecnicamente. Se era verdade que essa decisão que o Governo tinha tido tinha um fim que devíamos apoiar, nomeadamente o incentivo à redução da produção de resíduos, à separação seletiva e à reciclagem, de modo a que, progressivamente, se pudesse adotar modelos ambientalmente sustentáveis, também não deixava de ser verdade que vivíamos num mundo das taxas e taxinhas, fosse a nível da Administração Central ou fosse a nível da Administração Local, e também tinha que haver um certo equilíbrio na forma como eram aplicadas essas taxas.

Naquele dia, tinha havido uma reunião do Conselho Metropolitano. Pensava que alguém do executivo teria lá estado presente e podia, até, dar algumas novidades, mas a informação que tinha era que o Governo ia alterar e, portanto, aquela moção estava desatualizada, porque, na parte deliberativa, dizia *"apelando à sua revisão imediata e exortando o Governo a implementar medidas e políticas que contribuam para a efetiva prossecução da melhoria da qualidade do Ambiente."*

A informação que tinha era que, efetivamente, já tinha saído uma portaria, no sentido de atenuar esse aumento e de o fazer de forma diferente. Portanto, aquela moção, politicamente, estava desatualizada. Tecnicamente, remetia para a moção que, depois, iriam discutir a seguir, mas o tema era o mesmo, apesar de serem diferentes. Achava que fazia todo o sentido manifestar a indignação. Pensava que todos os presidentes de câmara da Área Metropolitana o tinham feito.

4

Tinha procurado informar-se dos impactos que isso teria nos vários municípios e, efetivamente, não podia ser de uma forma como o Governo tinha decidido numa primeira instância. Ficava satisfeito que houvesse, da parte do Governo, a sensibilidade de poder recuar numa medida que, à primeira vista, tinha um objetivo que consideravam que era um objetivo nobre, que era o da eliminação progressiva da produção de resíduos e incentivar a separação seletiva. Mas isso tinha que ser feito de uma forma em que o contribuinte, o município, sentisse que, efetivamente, estava a contribuir para isso.

Como a fatura que era passada aos munícipes era através da fatura da água, era quase impossível eles perceberem, se fizessem uma recolha seletiva quase a 100 por cento, se iam ter uma redução, ou não. Aquilo tinha que ser feito de uma forma mais abrangente.

Pensava que o Governo estava a criar, como dizia na moção e na outra moção, também, através do Plano Nacional de Gestão de Resíduos e o Plano Estratégico para Resíduos Urbanos 2030 estava, enfim, a aplicar aquilo que era uma estratégia para o futuro, na questão da gestão dos resíduos.

Queria dizer, também, só para terminar, que aquela taxa tinha aparecido por uma imposição de uma diretiva europeia. Portanto, não tinha sido uma invenção, tinha sido uma imposição, mas fazia sentido, no sentido de “obrigar” os municípios e os munícipes a ter uma consciência ambiental para aquilo que eram os resíduos e a gestão que fazíamos desses resíduos começava em nossa casa.

Sr. Vice-Presidente – Disse que estava publicada uma portaria, mas a que estava publicada era sobre outra matéria, que estava decidida também, concomitantemente com aquela, que era, ao mesmo tempo que se aumentava a Taxa de Gestão de Resíduos, a TGR, estava-se a retirar a bonificação da tarifa da energia produzida por resíduos. Essa estava publicada, era a Portaria n.º 244-D/2020, que tinha sido publicada no 14.

Essa portaria fazia o chamado “*phasing out*”, ou seja, no corrente ano ainda se mantinha essa bonificação da energia produzida por resíduos - portanto, eram receitas para os centros de tratamento de resíduos -, para os sistemas multimunicipais eram receitas. No ano que vinha retirava-lhe 25 por cento, no outro ano outros 25 por cento e no terceiro ano ficava em 25 por cento. Portanto, iam reduzir a receita dos centros de tratamento de resíduos, o que era mau só por si.

A questão da TGR não era uma questão existencial, era uma questão comportamental. Que ela existisse não vinha mal ao mundo. Era para que, no sentido inicial da coisa, as pessoas percebessem que havia uma vantagem em separar resíduos para a reciclagem em vez de os depositar indiferenciadamente. Era esse o sentido inicial. O que era inaceitável era a brutalidade de, de uma vez só, duplicar a taxa, que tinha sido o que o Governo PSD de Passos Coelho também tinha feito. A ilegitimidade da posição, vinda do lado do PSD, tinha que ver com isso. Quem tinha criado a Fiscalidade Verde? Lembravam-se da polémica da Fiscalidade Verde? O Governo de Passos Coelho, em 2014, com os sacos de plástico e uma série de coisas que lá estavam metidas.

Dessa vez, o Governo de Passos Coelho tinha duplicado a TGR. Naquele momento, a invetiva que deviam fazer ao PS era que fizesse bons negócios no Orçamento, que os fizesse com o PCP, de preferência, porque quando os faziam com o PAN o que ia dar era que, depois, ficavam com soluções inviabilizadas. Aquilo resultava de uma exigência do PAN, que, no ano anterior, tinha soltado essa exigência: “*Vamos resolver a questão da seletividade fazendo as pessoas pagar, fazendo as tarifas pagar.*” Ora, quem pagava as tarifas eram sempre as pessoas, portanto, dizer que pagava o animal era o mesmo que dizer que pagava o dono. Tinha sido um negócio do PS com o PAN e tinha-se esquecido que aquilo era muito difícil de concretizar.

Tinham andado a ver se aquilo passava despercebido. Tinham arrastado – aquilo era para o Orçamento de 2020 - e, naquele momento, como o compromisso estava por cumprir e era preciso negociar o de 2021, claro que a posição do PAN era aquela: “*Então, não nos cumpriram a promessa do ano passado e, agora, já querem outra promessa para o ano que*



vem?” Então, o Governo tinha tido que avançar. Tinha avançado a ver se passava despercebido, mas aquilo não estava resolvido.

Estava sob pressão e faltava fazer o mesmo, desafiar os próprios militantes do Partido Socialista e os representantes das instituições para falarem com o seu Governo e fazerem ver: *“Eh, pá, isto é inviável, isto não se aceita.”* Com aquela tarifa, o Município de Setúbal e os outros todos passavam para o dobro da tarifação, de 11 euros por tonelada passava a 22. Era evidente que, no nosso caso, isso eram centenas de milhares de euros de aumento do custo. Para onde é que esse custo ia?

Na reunião iriam aprovar o tarifário de resíduos para 2021. Ainda não estava publicada, logo, ainda não contava com aquela taxa. O que é o que a ERSAR, a seguir, iria dizer: *“Se ela for publicada, integrem no tarifário de Setúbal.”* Quem é que o pagava? Os consumidores, a população. Então, num ano de pandemia, no ano de todas as contenções e apoios à economia e compensações da falta de rendimentos, iam agravar aquilo que as pessoas pagavam, a taxa de resíduos, para o dobro? Não era lógico.

O PS tinha que fazer um esforço de convencimento do PAN de que as taxas podiam vir de outra coisa qualquer. Cobrassem qualquer coisa pelas coleiras dos cães ou dos gatos, uma coisa qualquer, mas não através da duplicação daquela taxa. Portanto, chamava a atenção que aquela pressão tinha que continuar a ser feita. A portaria do aumento tinha ido para publicação e ainda não tinha saído. Esperavam travá-la a tempo, mas era indispensável travá-la, porque aquilo tornava-se ilógico.

Depois, havia todo o sistema de resíduos. A vereadora estava bem por dentro disso, mas era todo o sistema de resíduos, que, desde a privatização, tinha entrado num sistema de desregulação que, naquele momento, já ninguém sabia quais eram os objetivos - já não interessavam - dos planos de resíduos. Já tinham sido esquecidos. Do que se tratava era de um processo de degradação do funcionamento do sistema e de pretensões a uma privatização a 100 por cento. Aquilo era tão mau, dava prejuízo e tudo.

Os sistemas tinham passado a dar prejuízo desde que tinham passado à gestão de maioria privada, quando o Estado tinha vendido 51 por cento. Era uma das reivindicações do PCP que o Governo do PS não tinha atendido e tinham deixado passar orçamentos, mas a essa não atendiam, que era a reversão da privatização maioritária da parte dos 51 por cento do Estado no sistema de resíduos. Ainda não a tinham feito, mas tinham que a fazer. Se fosse ele que mandasse - podia ser que fosse eleito Secretário-Geral, em novembro -, já sabiam com o que contavam no próximo ano: ou revertiam o sistema ou não contavam com mais orçamentos.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que já tinha sido muita coisa dita, mas achava que, exatamente pelas questões que o Vereador Paulo Lopes tinha colocado, que não deviam mesmo achar que aquela moção, do PSD, estava ali a título só de apreciação e a deles, depois, viria como proposta. Era mesmo por isso que deviam mantê-la e dar-lhe a maior força possível, porque era a prova de que só assim é que conseguiam reverter as posições. Era claro que já tinham percebido que aquilo era uma fatura que o PS não sabia como havia de pagar, por contrapartidas que já vinham do outro orçamento, já começava a deixar ali um passivo, não um passivo ambiental, mas um passivo em termos de compromissos e qualquer dia ia ser difícil dar a mão aquilo.

Para terem uma noção do que estavam a falar, por cada tonelada que o município depositava no aterro pagava 11€, o ano anterior, em 2019, tinha pago 9,90€, por causa da questão TGR ter aumentado 1,10€, por tonelada, tinham encaixado nas despesas, só referente ao ano anterior, cerca de 150.000€, era só essa a brincadeira, era só fazerem as contas.

Se tivessem mais ou menos o mesmo nível de deposição no aterro, se duplicassem as taxas imaginem o que é que isso ia dar a nível dos tarifários, que depois teriam que ser retificados, porque existiam portarias de regulação da ERSAR, que os obrigava a encaixar aquilo diretamente na fatura da água, era disso que estavam a conversar. Não tinham que apelar, tinham que exigir que aquilo fosse revisto, porque não estavam a falar de uma taxa que não tivesse sido mexida há muito tempo, ou de uma taxa que estivesse parada no tempo. Entre

4

2015, altura da sua regulamentação, a Fiscalidade Verde tinha surgido em 2006, tinha sido o Dr. Passos Coelho que a tinha regulamentado e tinha criado logo uma progressividade naquela taxa, eles já sabiam que de 2015 a 2020 ela ia aumentar, como se isso não fosse já de si agressivo, passaram 5 anos e passou a ser por tonelada, bastava fazerem as contas. Todos os dias os camiões... assim de uma forma muito ligeira, cada camião era capaz de levar entre 7 ou 8 toneladas, por exemplo em Azeitão tinham 5 circuitos, era só fazerem as contas ao que acontecia em cada dia. Não se podia penalizar os municípios, porque eles estavam a tomar as medidas adequadas e tinha sido nesse sentido que eles, com mais custos operacionais, tinham embarcado nas candidaturas para a recolha de orgânicos que iam pôr em prática, porque os orgânicos pagavam zero de TGR, como não iam para aterro, logo não pagavam TGR. Questionou se aquilo seria uma compensação por aquilo que ia ser perdido, seria porque os municípios iam e estavam a aderir às candidaturas, aos orgânicos e estavam a munir-se daquela ferramenta, as taxas iam baixar e não queriam que as taxas baixassem. A verdade é que a contestação não era só da CDU, a contestação era interna nos autarcas do Partido Socialista, que não se reviam naquilo. Era possível fazerem uma coisa de tanta gravidade, que mexia com a vida de cada um de nós, naquilo que tinham que pagar todos os dias e nem sequer consultar os municípios, fazerem aquilo por decreto, "olha vamos lá agora subir a taxa dos resíduos, porque esta é fácil, toda a gente tem água, toda a gente precisa de água para viver, toda a gente vai pagar a taxa", era uma receita fácil.

Questionou se não seria mais fácil irem por outros caminhos, não seria mais fácil tratarem daquilo que não tinham conseguido tratar, os planos de gestão de resíduos e a sua revisão, 2020 estava a acabar e não sabiam quais seriam as metas, não seria mais fácil tratarem das questões a montante, as embalagens, aquilo que todos os dias gastavam só com uma única utilização e pouco penalizavam, não seria mais fácil agarrar no dinheiro da TGR e reverter-lo nos municípios como mais efetividade?

Sabiam que a maior parte das coisas do foro ambiental acabavam por não ser concretizadas. Questionou para onde ia aquela taxa, provavelmente para despesas administrativas. Estava na altura, não era de apelar ao governo, estava na altura de exigir que aquilo fosse retirado e que no âmbito dos planos que existiam para os resíduos, fossem vistas quais é que eram as soluções. Relativamente às questões da reciclagem, havia muita coisa a tratar, como o senhor vereador tinha dito, "então e os arautos das privatizações, e de que o privado fazia melhor que o público, como é que respondiam agora que a AMARSUL, pelo terceiro ano consecutivo, apresentasse resultados negativos e o que é que a EGF tinha ido para lá fazer?".

Os municípios do Algarve estavam exatamente nas mesmas situações e também tinham revindicado, alguma coisa tinha que ser feita, mas contrariamente ao que se tinha feito, no sector das águas, ali não havia coragem de fazer, questionou porque razão os resíduos tinham sido privatizados e continuavam privatizados, porque motivo estavam ali numa situação de resultados negativos, afinal os privados não sabiam fazer melhor, passassem para as câmaras, tornassem o sistema novamente público e em vez de terem tanta intervenção, deixassem as câmaras gerir, as câmaras conseguiam fazer sistemas, já tinham feito. Estavam a falar de um sistema em que as câmaras tinham 49% e infelizmente, não conseguiam ter decisão nenhuma no processo, existiam outros sistemas em que as câmaras tinham 39%, ou 40%, ali tinham 49% e não tinham voz na matéria, era um senhor que vinha da sua sapiência empresarial e que dizia como é que as coisas deviam ser feitas, não se conhecia a realidade. Ainda assim, tinham a noção de que estavam a trabalhar de forma correta, tinham aumentado os níveis de reciclagem, mas muito à custa dos municípios, que depois ainda tinham que pagar mais. No caso da AMARSUL, por exemplo, tinham que pagar a tarifa definida para a AMARSUL e eles também pagavam TGR, portanto pagavam duas vezes a TGR, os munícipes pagavam duas vezes a TGR, porque eles incorporavam isso dentro daquilo que era a tarifa. Questionou o que estava ali a funcionar mal, as pessoas cada vez pagavam mais e ainda por cima haviam resultados negativos. Isso podia levar a que as pessoas dissessem "quero lá saber, se eu tenho que pagar eles que tratem, eles que façam", aquilo podia ser ainda pior do que tinham vindo a assistir e levar à descreditação das



peçoas, quando eles há uns anos atrás tinham níveis positivos relativamente à educação ambiental.

Naquele momento, a sensibilização que as entidades em alta faziam era spots publicitários em programas de televisão e em rádio, questionou onde estava a intervenção no terreno e porque motivo o dinheiro do POSEUR não era canalizado para campanhas de sensibilização ambiental, nas escolas, nos concelhos, junto das próprias pessoas, ao invés de ser canalizado para programas de televisão.

No fundo aquele sistema dos resíduos tinha que ser repensado e a questão da privatização era a questão chave naquilo tudo.

O senhor vereador tinha falado nas questões de energia, era escandaloso, então eles faziam um plano nacional de resíduos para criarem as centrais de valorização para poderem transformar os resíduos em energia, tinha muitos custos, mas também tinha muitos benefícios porque não queimavam os resíduos, porque não os enterravam, transformavam os numa coisa positiva, faziam energia, e agora diziam “olha vendam-na como quiserem, onde puderem”, não podia ser. Tinham que trabalhar nas questões da receção dos materiais, do cartão e das embalagens, naquele momento pouco valiam. A Sociedade Ponto Verde, que monopolizava aquelas questões, fazia leilões e depois haviam pessoas que queriam fazer um investimento, que precisavam de plástico e não conseguiam comprar à Sociedade Ponto Verde, haviam pessoas que tinham que importar plástico para fazer os bancos os caixotes do lixo, todas essas coisas. Questionou se não tinham plástico, se não tinham lixo suficiente para poderem fazer todas essas coisas.

Eram tudo reflexões que deixava ali e que realmente não faziam sentido, como sentar no concelho de ministros e dizer “agora vai de 11 para 22 que é para ver se eles aprendem”, porque era esse o mote daquilo que tinha sido feito.

Sr. Vereador Rui Lamim – Disse que dentro do que ali tinha sido dito, talvez faltasse mencionar a maior causa do aumento daquela taxa. Ela passava de 11% para 22%, porque Portugal andava a importar lixo do estrangeiro, o preço era barato para depósito em aterro, e talvez a maneira mais fácil fosse pô-lo caro. Em 2019, tinham sido cerca de 230 mil toneladas e não queríamos importar lixo dos outros, para depositar em aterro, pura e simplesmente não queriam. Aquela ideia de multiplicar a taxa por dois poderia resolver a questão, mas isso era demasiado simples, era simplista. Como tinha sido dito, tinha faltado falar com as pessoas que estavam no terreno e percebiam do assunto, que eram os municípios, tinha faltado a interação, e por isso é que consideravam ilegal, tinha faltado a interceção com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, porque no final de contas eram eles que, também de certa forma, eram estimulados com o aumento da taxa a não colocar lixo em aterro, em valoriza-lo, fosse ele na forma orgânica, na separação de óleos, de plásticos, de papel e quanto menos fosse para aterro, mais barato ficava. Mas isso implicava, também, que houvesse um comportamento, uma indução, uma propaganda e uma maneira dos municípios incentivarem os seus munícipes a separar, só que isso tinha falhado, embora muitos municípios tivessem feito uma tarefa extraordinária naquele campo, mas enquanto uma pessoa pensasse, numa forma egoísta e solitária, que se separasse o plástico, o papel, o óleo, ou não, seria “igual ao litro”, ia pagar pela água que consumia, não fazia sentido. Talvez tivessem que mudar as coisas, deixava uma ideia que talvez pudesse ser explorável: um bairro, uma freguesia, tinha x pessoas, produzia tanto de resíduos indiferenciados para aterro, então esse valor era refletido na conta das águas, mas sobre o lixo produzido, porque haviam com certeza, zonas onde as pessoas consumiam muita água e produziam pouco lixo e essas saíam beneficiadas. Ali estabelecia-se uma mecânica direta entre uma coisa e outra, porque não era justo pagar uma quantidade de lixo pela água que consumia.

Talvez como na aplicação *Stayaway Covid* que era obrigatória o governo também desagendasse aquela situação, dava jeito, iam esperar.

Sra. Presidente – Disse tinham feito duas candidaturas de orgânicos, para tentar minimizar o peso da tonelagem, para aliviar os munícipes, aqueles que eram sempre os mesmos a pagar.

A primeira tinha sido de um milhão e trezentos mil, com a componente municipal que tinha que pagar uma parte, a outra parte seria dos fundos comunitários, não seria o governo, seria dos fundos comunitários. Quando diziam que os fundos comunitários eram o governo, era mentira, convinha esclarecer, os fundos comunitários não eram o governo. Em relação à segunda candidatura eram seiscentos mil e as duas estavam aprovadas. Tinham feito um esforço muito grande, no sentido de criarem aqueles circuitos orgânicos para aliviar as cargas da deposição. Aquilo era tão gravoso, que poderiam estar ali uma tarde toda a falar sobre o que se passava na relação da AMARSUL com os municípios, o que é que os municípios pagavam para a AMARSUL, mesmo assim com saldos negativos, a ausência e a deficiência de alguns serviços que a AMARSUL tinha que prestar e a falta de diálogo com os municípios, no sentido de arranjam soluções que fossem mais agradáveis para os municípios, nomeadamente no que dizia respeito à deposição em separação dos resíduos.

Tinham achado muito degradante, os *moloks* que estavam espalhados pela cidade, do ponto de vista estético eram horríveis, degradavam-se muito rapidamente e não havia nem lavagem, nem substituição, a menos que fossem queimados, aí é que faziam a sua substituição. Tinham proposto que a AMARSUL pagasse o valor do custo daqueles *moloks* e a Câmara pagaria a diferença, porque a AMARSUL tinha que pagar os *moloks* que lhes eram adstritos, enquanto associados da AMARSUL, a câmara pagava as suas participações e portanto pagariam a diferença de modo a que a AMARSUL não ficasse prejudicada, até ao momento estavam para resolver esse problema, sendo que passado um ano ou dois daquela proposta a AMARSUL tinha dito que tinham pensado muito sobre aquele assunto mas não podiam alterar. Agora vinham outros, igualmente horríveis, mais atarracados. Para colocarem no centro histórico e nos sítios de maior passagem do município, estavam a pagar do bolso deles, outros *moloks* mais agradáveis ao centro da cidade. Eles e quase todos os municípios, era só visitarem os municípios e verem, estavam a seguir aquilo que eles estavam a fazer, em centros históricos e em centros estruturantes ou de maior visibilidade estavam às suas custas a pagar aquilo que deveria ser pago pela AMARSUL, mas mesmo assim davam saldos negativos. Aquilo era muito preocupante, “era uma grande preocupação, o governo tinha de resolver aquelas questões, não haja dúvida”.

Estava totalmente de acordo com a moção ali apresentada pelo senhor vereador, ela não podia ser votada, porque não vinha em termos de proposta, mas achava que pelas intervenções deles, CDU, se podia verificar que havia unanimidade em relação aquela proposta.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que podia adiantar, porque basicamente o que era para ser discutido numa moção, tinha acabado por ser discutido naquela, eles iriam votar favoravelmente aquela moção da CDU, não achavam que ela estivesse ferida de ilegalidade como estava ali escrita, não concordavam com o termo, mas concordavam com a parte deliberativa, na parte de manifestar a indignação, porque entendiam que o poder local devia ser ouvido naquela matéria e especialmente em matérias como essa, obviamente que sim, e exigir ao governo a revogação da decisão da duplicação do valor da taxa. Portanto iriam votar favoravelmente aquela moção.

Em relação à moção do PSD, não se reviam em dois parágrafos que até achava que eram contraditórios. O primeiro em que dizia “um Governo desorientado, tanto nas medidas a adotar, como nas metas a atingir”, mas depois no paragrafo logo a seguir dizia “que estão em preparação, como o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos e o Plano Nacional de Gestão de Resíduos”, portanto era sinal que havia estratégia, era sinal que sabiam quais eram as metas era sinal que sabiam qual era o caminho. Achava que aqueles dois parágrafos entravam em contradição total. Mas na parte deliberativa e naquilo que lhes interessava, pela sua intervenção inicial pensava que tinha sido perceptível, e obviamente que achavam que aquele tipo de aumentos e de taxas e taxinhas ... as pessoas tinham que sentir um retorno, porque se não sentissem um retorno era altamente injusto e criava um sentimento até perverso e contrário.



B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 07 de outubro de 2020

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião, não tendo havido discussão sobre o mesmo.

2. Deliberação n.º 336/20 – Proposta n.º 14/2020 – GAP – Moção – Taxa de Gestão de Resíduos (TGR)

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 12.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que queria valorizar muito a intervenção, muito clara da senhora vereadora Carla Guerreiro e fazer-lhe o pedido de que na próxima reunião, lhes pudesse explicar, porque achava que era importante essa explicação, como é que era possível, ou que alteração é que tinha havido de enquadramento, para que uma empresa que dava lucro quando era pública, passado pouco tempo de ser privada passasse a dar prejuízo.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 324/20 – Proposta n.º 71/2020 – DAF/DICONT – 6.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 13 e 14, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

4. Deliberação n.º 325/20 – Proposta n.º 32/2020 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas administrativas e urbanísticas inerentes a pedido de legalização de obras de alteração e ampliação em estabelecimento de apoio social a idosos

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 15 e 16, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



5. Deliberação n.º 326/20 – Proposta n.º 33/2020 – DURB/DIMOT – Regulamento dos Parques de Estacionamento Teotónio Banha, Finanças e Terminal Ferry

A Sra. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 17 a 19.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que em relação ao regulamento existiam três questões que ele gostaria de colocar, mas não sabia se era um documento fechado ou se tinham liberdade para poderem alterar ali alguma coisa, porque parecia que tinha vindo da APSS e não sei se poderiam pedir para alterar alguma coisa ou se eles poderiam fazer sugestões. No artigo 4.º, preço a pagar, na alínea a), dizia “*O preço a pagar pelo estacionamento é único (bilhete diário) e corresponde a um período máximo de 24 horas*”, ou seja, se por exemplo se quisesse ir às Finanças e demorar uma hora, ou ir ali a um restaurante daquela zona e demorar uma ou duas horas, tinha que pagar o dia inteiro, não sabia se fazia sentido. Se queriam alguma rotatividade e aquele estacionamento era um estacionamento que estava no limite, alguns daqueles estacionamentos serviram de acesso a Troia e à praia, mas aquele estava perto dos restaurantes, se pagava 3€ e estava ali o dia inteiro... achava que não fazia muito sentido. Depois, na alínea c) dizia que “*o parcómetro colocado na entrada dos Parques não fornece troco*”, mas também não aceitava notas, só moedas e multibanco, não achava que fazia sentido, estarem a aprovar a instalação de uma máquina em que uma pessoa tinha que ir aos cafés trocar moedas para poder ter o troco certo, os três euros. E por último as avenças, não estava previsto a utilização de cartões de avenças, no regulamento geral da Câmara que eles até tinham criticado bastante tinha avenças e fazia sentido ter avenças. Eram aqueles três pontos, o bilhete diário, as máquinas que estavam previstas não fornecerem troco e a questão das avenças.

Eng.ª Fátima Nogueira – Disse que em relação aquela proposta, era uma proposta fechada, era a proposta da SABA, para a rentabilização daqueles espaços, que tinham sido concedidos pela APSS, para exploração, a Câmara apenas tinha que dizer se estava de acordo ou não, eles só estavam a cumprir o Decreto-Lei n.º 81, para eles o documento estava fechado, a única situação que tinham referenciado, na altura, à SABA era que a tarifa era de 2,5€ durante o período de “não verão”, e 3€ para o período de verão, tendo em conta o regulamento deles, e tendo em conta que existia a possibilidade de bilhetes diários no regulamento e estando aqueles parques inseridos na zona azul, esse bilhete diário teria que ter o valor de 3€. Não se podia imiscuir na forma como a SADA queria fazer a gestão dos parques, concedidos pela APSS, mas pensava que eles estariam abertos a considerações.

Sra. Presidente – Disse que fazia todo o sentido que sim. Uma pessoa chegava ali a determinada hora, por acaso agora até fechavam mais cedo os cafés por causa da pandemia e não haver troco nos parquímetros... já lhe tinha acontecido à meia-noite estar num desses parques, não aceitarem nada, não darem troco e teve que ir a pé para casa. No dia seguinte teve que ir buscar o carro ao parque. Não havia troco, a cancela não abriu, estava sozinha, os estabelecimentos fechados e isso podia acontecer ali.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Referiu novamente a questão do bilhete diário, uma pessoa ia só uma hora e tinha que pagar 3€.

Sra. Presidente – Disse que para rentabilizarem até podiam colocar o diário mais caro e a hora como estava nos outros, 50 ou 60 cêntimos.

Eng.ª Fátima Nogueira – Disse que existia no regulamento deles a possibilidade de criação de bolsas de estacionamento diárias, que era o caso em que aquele regulamento se enquadrava, com bilhete diário. No regulamento deles estava definido que era diário, mas

terminava às 19 horas, para ser consonante com o que era respeitante ao estacionamento tarifado praticado na restante cidade. Eles até tinham colocado 24 horas com valor único de 3€.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, por exemplo, no estacionamento c, que era aquele mesmo ao pé do ferry, fazia sentido, eventualmente ser diário, mas naquele que estava mesmo ao pé das finanças que servia os restaurantes e alguns serviços que estavam ali, não fazia sentido ser diário, fazia sentido até haver rotatividade para que esse estacionamento tivesse maior disponibilidade.

Eng.ª Fátima Nogueira – Disse que da mesma forma que o estacionamento da Praça de Touros, que tinha um bilhete diário de 1€ e era também para um dia inteiro, não tinha fracionamento.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que como tinha dito o senhor vereador Pedro Pina, mal.

Eng.ª Fátima Nogueira – Disse que esse até estava em desconformidade com o que estava na legislação em vigor, que devia ter vindo, também à Câmara para ser de alguma forma aprovado e discutido pelos membros da Câmara Municipal e que não tinha ido e que eles estavam a aplicar a tarifa diária de 1€.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que ainda era pior, se estavam a aplicar um regulamento que não tinha sido aprovado pela câmara.

Eng.ª Fátima Nogueira – Disse que não conheciam o regulamento, já tinham solicitado várias vezes, esse regulamento que nunca tinha aparecido, eles eram obrigados por aquele Decreto-Lei.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que propunha, se a senhora presidente aceitasse, de retirar a proposta da votação e enviar para trás com aquelas três, ou pelo menos duas, reservas para ver se estavam disponíveis para alterar.

Sra. Presidente – Disse que estavam de acordo.

A proposta foi retirada.

6. Deliberação n.º 327/20 – Proposta n.º 34/2020 – DURB/DIMOT – Atribuição de parque de estacionamento privativo com isenção de pagamento de taxa anual

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 a 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 328/20 – Proposta n.º 35/2020 – DURB/GAGEF - Alteração às especificações do alvará de loteamento n.º 1/18 – Constituição de lote municipal n.º 99 destinado a mercado municipal e aclaração de lote n.º 98 destinado a equipamento religioso

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 a 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 329/20 – Proposta n.º 36/2020 – DURB/GAGEF - Expropriação de parcela de terreno para reservatório no Casal do Viso com área de 1580m2 e constituição de servidão para passagem de conduta adutora com área de 780.00m2

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 a 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 330/20 – Proposta n.º 35/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal - Bairro da Bela Vista – Rua do Monte, 12 – C 31

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 36 e 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 7 da CDU e 3 do PS, e 1 voto contra, do PSD.

10. Deliberação n.º 331/20 – Proposta n.º 36/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH - Venda de habitação pública municipal - Bairro da Bela Vista – Avenida da Bela Vista, 12 – B 41

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 e 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 7 da CDU e 3 do PS, e 1 voto contra, do PSD.

11. Deliberação n.º 332/20 – Proposta n.º 17/2020 – DAAE/DIHU – Tarifário de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Setúbal para 2021

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 40 e 41.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que como costumavam fazer naquela altura do ano, tinham que trazer à Câmara a aprovação do tarifário de gestão de resíduos para o ano de 2021. Era uma determinação da ERSAR e tinha que ser feito naquela altura.

Aquele processo que ali traziam, tinha sido de relevância e naquele momento não necessitavam de propor quaisquer aumentos. O que propunham à câmara e que tinham enviado à ERSAR como proposta, era que a partir de 2021 se continuasse a manter o tarifário que já havia sido aprovado no ano anterior.

Deu a indicação que efetivamente tinham aumentado a TGR e o valor de deposição na AMARSUL, por via do aumento do tarifário da propria AMARSUL e do tarifário da TGR, mas tinham conseguido compensar com outras despesas que não tinham feito, nomeadamente com a questão de prestação de serviços externas, o que tinha vindo a equilibrar e a conseguirem manter o tarifário nos níveis que tinham, permitindo que as pessoas não tivessem que sofrer aumentos num ano tão complicado e tão difícil como aquele.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

12. Deliberação n.º 333/20 – Proposta n.º 24/2020 – DES/DIGEPE – Atribuição de apoio financeiro para o desenvolvimento das Atividades de Animação e de Apoio à Família

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 334/20 – Proposta n.º 25/2020 – DES/GABS – Protocolo entre o Município de Setúbal e a Associação Dignidade para a materialização do Programa “Vacinação SNS Local”

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 e 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que aquele programa já estava a ser desenvolvido no âmbito das farmácias, no âmbito do acordo com os agrupamentos do centro de saúde e pensava que até no âmbito daquilo que tinha sido ali referido pelo senhor vereador Carlos Rabaçal, na anterior reunião de câmara. Estava a decorrer naquele momento, para além do local de vacinação em todas as unidades de saúde do concelho, no salão da Junta de Freguesia de S. Sebastião, no Centro Comunitário da Anunciada, na União de Freguesias de Setúbal, para a vacinação daquela população.

Era importante que a população tivesse a consciência da importância da vacinação, mas a importância da vacinação não podia ser confundida com uma corrida à vacinação. As coisas estavam planeadas para decorrerem durante o próximo mês, numa segunda fase iriam ser alargados os locais de reforço da vacinação, tanto a Azeitão, como às freguesias do Sado e de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra.

Naturalmente tinham todo o empenho em colaborar com a Associação Nacional de Farmácias, que era quem tutelava a Associação Dignidade, no âmbito daquele programa. Eram da opinião que as farmácias pela pluralidade que representavam, a distribuição que representavam no território, eram um bom elemento para reforçar aquela campanha de vacinação contra a gripe sazonal, mas consideravam que os acordos entre o Ministério da

Saúde e a Associação Nacional de Farmácias, que envolviam os municípios, também os tinham que envolver no acordo, não era fazerem o acordo, publicitarem-no e esperarem que os municípios entrassem com uma verba, que não sendo propriamente muito elevada, significava uma responsabilização dos municípios por algo que não era da sua competências legal. Ainda assim pelo apoio que era dado e pelo sentido humanitário daquela iniciativa, apresentaram aquela proposta.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 335/20 – Proposta n.º 16/2020 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES – Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 3.º trimestre de 2020

A Sra. Vereadora Eugénia Silveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. António Manuel Carvalheiro Sineiro – Disse que tinha concorrido a um concurso da câmara para atribuição de casas e tinha-lhe sido recusada a candidatura porque aparecia no sistema em como ele era proprietário de uma casa. A funcionária da câmara não podia receber a candidatura enquanto ele não tratasse de alguns papéis. Não podia haver dois proprietários, o seu filho tinha comprado a casa. Essa casa era a que ainda se encontrava a morar, era a casa do seu filho. Tinha com ele, uma certidão daquela casa em como o proprietário era o seu filho, a documentação estava toda em nome dele.

Antigamente ele estava como inquilino da câmara, mas tinha recebido uma carta da câmara a dar-lhe opção de compra. Na altura, tinha pensado pedir um empréstimo à Caixa Geral de Depósitos, mas ficava com uma mensalidade muito elevada e como o seu filho era um jovem, tinha sido ele a pedir o empréstimo ao banco e tinha sido ele a comprar a casa.

Estava a morar na casa do seu filho, mas ele tinha duas crianças e a casa era pequena, só tinha dois quartos, ele e a mulher estavam a dormir no chão e tinham que sair daquela casa. Tinha que se inscrever nos serviços da câmara, para novamente se candidatar a uma habitação, precisava de arranjar uma casa.

Tinha estado a tratar dos papéis que a funcionária da câmara lhe tinha pedido, só faltava um documento das finanças que estaria pronto no dia 5 do próximo mês.

Sabia que no Bairro dos Pescadores haviam casas fechadas.

Sra. Presidente – Disse que o senhor António tinha feito o que qualquer pai faria pelo seu filho, mas tinha colocado definitivamente em risco a sua casa. Tinha ficado sem a sua casa, com a compra que o seu filho tinha feito, mas a casa era dele e a câmara podia ter posto o senhor António e o seu filho na rua, porque quem tinha que comprar a casa era o senhor António. Quem tinha pago a casa tinha sido o filho e agora ele dizia “estamos aqui apertados, agora sai”. O filho do senhor António, tinha comprado a casa, ele tinha ficado na rua.

A câmara não tinha casas, as casas do Bairro dos Pescadores não eram da câmara, eram do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, mas duvidava que eles tivessem alguma

casa vazia. O senhor António tinha ficado numa situação muito complicada, tinha a casa, o filho cresceu, comprou a casa em nome dele por causa da taxa e agora ficavam na rua, não podia ser a câmara a resolver um caso daqueles.

O senhor António devia se inscrever na câmara, tinha que ir para a lista, estava muita gente à frente e não haviam casas. Estavam a preparar a construção de novas casas, mas isso não era de hoje para amanhã.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinham acompanhado aquele caso, era bastante conhecido, a questão era que tinha que haver a documentação em como não era proprietário. Quando tivesse toda a documentação poderia candidatar-se, enquanto não tivessem toda a documentação não podia. Era assim que funcionava, era assim que era de lei. Quando tivesse tudo pronto podia fazer a sua candidatura, não haveria nenhuma dificuldade. Mas tinha que entregar toda a documentação.

Sra. Vânia dos Santos Garcias – Disse que tinha um processo na câmara, referente à habitação, havia 13 anos. Estava numa casa alugada havia 7 anos, junto ao hospital, a pagar renda e nunca se tinha atrasado a pagar.

Tinha 6 filhas e no dia anterior com a chuva, o teto da sala tinha caído. Tinha falado com a senhoria, mas ela tinha dito que não podia fazer nada, queria vender a casa até ao final do corrente ano, porque tinha uma dívida com as finanças.

Já tinha ligado para a Dra. Raquel, mas ela tinha-lhe dito que não podia fazer nada. Tinha tirado fotografias da sua casa e tinha ido entregar à câmara.

Tinha ido aquela reunião de câmara explicar o seu problema à Sra. Presidente. Já tinha falado com o Sr. Vereador, várias vezes e já tinha ido ali havia 7 anos atrás e tinham-lhe dito que a vez dela estava próxima.

Tinha uma bebé com 3 meses e tinha crianças doentes com falta de ar. Já não sabia o que havia de fazer, não tinha possibilidade de alugar outra casa e nem todas as pessoas alugavam casas a ciganos. Pediu para verem o seu processo, para verem as fotografias que tinha tirado.

Tinha ido à câmara, tinham-lhe dito que tinha 6 pessoas à sua frente para um T4, já não pedia um T4, pedia um T3 ou T2, só não queria ir para a rua com as suas filhas. Naquela lista já tinham posto outra pessoa à sua frente, naquele momento tinha 7 pessoas à sua frente. Pedia ajuda, não sabia o que seria menos perigoso, continuar naquela casa e o teto cair mais ou sair, não tinha para onde ir, se saísse dali poderiam tirar-lhe as suas filhas.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a Sra. Vânia também era um caso conhecido, se a situação da Sra. Vânia se tinha agravado tinha feito bem em ter ido à câmara, porque poderia haver alguma alteração, tendo em conta o agravamento da situação. Mas naquele momento era a oitava classificada para um T4 com 5,4 pontos, portanto era uma situação que estava próxima de realojamento, embora os T4 não fossem fáceis.

O ponto de situação que tinham naquele dia, ao meio dia, em despacho fechado, a lista que ia ser publicada no dia seguinte, onde tinham 1046 pedidos. Havia cerca de 300 que faltavam papéis, documentos, faltavam coisas para verificar se sim, se não, haviam casos que eram proprietários e iam pedir, tinham que atualizar, portanto haviam 300 ainda por esclarecer, mas haviam 1046 confirmados, 388 pedidos para T1, 417 para T2, 215 para T3 e 26 para T4, também existiam menos T4. A Sra. Vânia estava em oitavo lugar para T4, naquele momento era o que se podia dizer, ia ter que esperar um pouco, em situações de grande gravidade com o senhorio, tinha que ir à Segurança Social e com os dados novos que tinha levado ali, seguramente, os serviços iriam avaliar e ver se havia alguma alteração no seu posicionamento.

Sra. Presidente – Disse que o senhor vereador Carlos Rabaçal iria ver as fotografias no fim da reunião de câmara.

Sr. Augusto Cruz – Disse que a Sra. Presidente da Câmara desde que tinha tomado posse no dia 18 de outubro de 2017, pela 2.ª vez tinha tentado contrariar a sua liberdade, mas não tinha conseguido.

Todos os cidadãos tinham o direito a tomar parte na vida pública e na direção dos assuntos públicos do país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos.

Todos os cidadãos tinham o direito de serem esclarecidos objetivamente sobre os atos do estado e de mais entidades públicas e de serem informados pelo governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos.

A política que existia em Portugal não olhava a meios para conseguir os fins, pondo em questão o funcionamento do próprio país, que já começava a ser atingido pela intolerância dos bons costumes, cuja justiça envergonhava a democracia pondo em causa toda a dignidade de um povo.

Tinha tido conhecimento que tinham tentado deturpar os seus direitos sem que a justiça lhe tivesse dado conhecimento. Quantas vítimas existiam por aquele país que eram inocentes. Já tinha dado conhecimento à Provedora de Justiça, tinha sido ele a dar o conhecimento à própria juíza encarregue do processo, tinha feito 14 exposições à Sra. Dr.ª Juíza, destacando a devida ação dos erros e ficava por ali. Era inacreditável, todos tinham tentado fazer dele “gato sapato”.

Finalmente já começava a ouvir que Portugal estava completamente desorganizado. Aquele país precisava urgentemente de acordar para criar desenvolvimento, para a criação dos futuros filhos a fim de poderem disfrutar de vida sã, os pais tinham que exigir melhores condições de vida para assim conseguirem dar as condições ideais para o desenvolvimento do futuro.

Sra. Presidente – Disse que já tinham passado os 5 minutos, já ia em 7 minutos, podia continuar para a próxima reunião.

Sr. Augusto Cruz – Disse que ia reclamar, que não tinha chegado ao fim porque a Sra. Presidente não o tinha deixado.

Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão Dra. Celestina Neves – Disse que o que ia ali dizer não era politicamente correto.

Presentemente ficava bem atacar os fáceis os que davam manchetes, falava de Joe Berardo, um homem que não pertencia a qualquer casta, não tinha tido um berço burguês, não era letrado e faltava-lhe etiqueta social.

A acusação de que devia dinheiro, não lhe era exclusiva, haviam muitos que deviam, não apareciam nas manchetes, estavam guardados, embrulhados em papel *couché*. O Joe Berardo devia e deveria pagar, deveriam pagar todos sem exceção, era essa a sua opinião. Pensava que aqueles a quem pagavam chorudos ordenados para acautelarem os interesses de todos, deviam e tinham que ser responsabilizados. O governador do Banco de Portugal, os diretores da Caixa, de então, eram pagos por eles a preço de ouro, para fazerem aquilo, que pelos vistos não tinham feito, esperava que esses também fossem responsabilizados. Ministros de um governo Socialista andavam com o Joe Berardo ao colo, frequentavam as suas festas e passados anos tinham tido o atrevimento de se manifestar chocados, com atitudes e posturas de Joe Berardo, posturas essas que eles conheciam e apreciavam na altura da amizade. A história não estava toda contada e tinha esperança que um dia viesse a ser bem contada. E para que não ficassem dúvidas clarificava novamente, queria que o Joe Berardo pagasse o que devia, queria que todos pagassem.

Em relação ao caso do Joe Berardo e da reconstrução da antiga estação de camionagem, enquanto azeitonense eleita, defendia a intervenção ali feita e quem defendia o que ali estava, uma lixeira em detrimento do que presentemente estava ali, só podia não gostar de Azeitão. Estivesse aquela obra a ser feita por alguém de uma casta, que não fosse o Joe Berardo e nenhuma história haveria, todos bateriam palmas.

Questionou onde estava o ICNF, quando ali existia um autêntico estaleiro de combustíveis, pneus, um cemitério de autocarros, com todas as escorrências para o solo, onde andava o ICNF quando ali tinham feito e permanecido todo o tipo de barracões cobertos com 6.410 m² de amianto, equivalente a mais de 90 toneladas, já retiradas pelo Joe Berardo. O ICNF tinha convivido muito bem com tudo isso, perguntou o que levava agora o ICNF a estar tão incomodado, questionou se agora estaria pior do que estava anteriormente.

A Direção-Geral do Património, falava agora no Palácio da Bacalhoa, segundo tinha lido no dia anterior, entendia que aquela reconstrução não ficava bem, feria o palácio. Perguntou se os barracões, o amianto, as montanhas de sucata, os montes de pneus, o cemitério de autocarros, as bombas de gasolina teriam feito uma melhor vizinhança ao palácio. Perguntou se alguma vez se tinham incomodado com isso, não tinha tido qualquer notícia desse incómodo. Questionou quando o palácio, atualmente recuperado pelo Joe Berardo, caía aos bocados, se alguma vez tinha feito parte das preocupações da Direção Geral do Património, não, só quando Joe Berardo começou a intervir.

No presente dia, já ali tinham falado nas célebres grades, tinha sido guerra com as grades, tinha sido guerra com o telhado, tinha sido guerra com o jardim, tinha sido guerra com tudo o que Joe Berardo ali tinha feito. No entanto tudo se tinha vindo a resolver e presentemente toda a gente apreciava muito aquilo que ele tinha feito no palácio.

Azeitão tinha ganho muito com Joe Berardo, criação de emprego e emprego de qualidade, falassem com os trabalhadores para saberem qual era a relação dele com os trabalhadores, mesmo em pandemia ali não tinha havido *lay-off*, a recuperação do património do palácio, as encostas que haviam ali de silvas e que tinham sido todas limpas para depois terem sido plantadas as vinhas. Atualmente a paisagem de Azeitão estava bem mais bonita e agradável do que estava antes do Joe Berardo ali ter colocado hectares e hectares de vinhas. A intervenção de Joe Berardo em Azeitão já tinha trazido ali milhares de turistas.

Esperava que a questão com a requalificação daquele espaço fosse resolvida, porque Azeitão, o concelho e todos teriam muito a ganhar com isso.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e cinquenta e seis minutos.

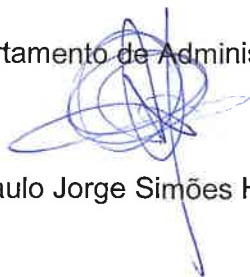
Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,

Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 04 de novembro de 2020, por unanimidade, contém 38 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio